

# REVISTA HOMINUM

Humanidades & Ensino  
issn 2316-4808



Volume 9, Edição 23, 2022

## Corpo Editorial

Editora-Chefe: Cintia Rufino Franco Shintate – Especialista em História - PUCSP

Editor-Executivo: Ary Albuquerque Cavalcanti Junior – Doutor – UFGD

Editor-Executivo: Ítalo Nelli Borges – Doutor – UNEB/Campus V

Assistente de Editoração: Daniel Gomes Fernandes Miranda

Ilustradora – Sthefany de Souza Ribeiro – Mestre em História/UFGD

## Pareceristas

Aluizia do Nascimento Freire – Doutoranda em História / UFGD

Arthur Oliveira da Silva – Mestre / UFMG

Bruna Batista Ferreira - Doutoranda em História / UFF

Carla Baute - Doutoranda em História / UNICAMP

Gabriel José Brandão de Souza – Doutorando em História / UFRGS

Guilherme Nogueira Magalhães Muzulon – Mestrado em História / UFGD

Jacson Lopes Caldas – Mestre em História / UNEB

Joice Souza Garcia – Mestre em História / UFGD

Lidiane Álvares Mendes – Mestrado História Social / UFAM

Lilian Santos Lacerda – Doutorado em Educação / PUCSP

Lisete Bertotto Corrêa – Mestre em Educação / UFRGS

Ludimila de Oliveira de Amorim – Doutoranda em Geografia / UFRGS

Mauricio Ribeiro Damaceno - Doutorando em História / UFMT

Patrícia de Santana Souza – Mestre em História/ UFRB

Raphael Ribeiro Machado – Doutorando em Educação / UFOP

Rosana de Jesus Andrade – Mestre em História / UNEB

Silvana Aparecida da Silva Zanchett – Doutora em História / UFMS

Suellen Cerqueira da Anunciação de Souza – Mestre em História / UFGD

Talita Cuenca Pina Moreira Ramos – Doutora em Recursos Naturais / UEMS

Tierre Ortiz Anchieta - Mestre em Educação Científica e Tecnológica / UFSC

Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da Palma – Doutora em Educação / UFGD

Víctor Almeida Gama – Doutorando Ciências da Religião / PUCMG

## SUMÁRIO

Apresentação..... 5

*Lúcia Helena Oliveira Silva, Patrícia Teixeira Santos*

**A ETNOGRAFIA COMO FONTE HISTÓRICA: PESQUISAS DE CAMPO EM ESPAÇOS COLONIAIS MISSIONÁRIOS NO PLANALTO CENTRAL DE ANGOLA (C. 1920 - 1950)..... 6**

*Jéssica Evelyn Pereira dos Santos*

**Entre Potências Tradicionais e Emergentes: o lugar do Brasil no Renascimento Africano (1998-2018)..... 13**

*Anselmo Otávio*

**ESTUPRO COMO ARMA DE GUERRA NO GENOCÍDIO DE RUANDA (1990 - 1994) SOB A VISÃO FEMINISTA PÓS-COLONIAL..... 20**

*Danielle Colpani Fuschilo, Leticia de Medeiros Dutra*

**COOPERAÇÃO SUL-SUL. Estratégia Diplomática chinesa com o Djibouti, no governo Xi Jinping (2013 - 2018)..... 28**

*Vitória Calegari Oliveira*

**ÁFRICA NO COMBATE À COVID -19..... 35**

*Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhama*

**ANÁLISE HISTÓRICA SOBRE A TRAJETÓRIA DE GRACIANO CASTELLARI, MISSIONÁRIO COMBONIANO EM MOÇAMBIQUE. Experiências da descolonização (1976-1992)..... 42**

*Tamires Sodré de Paula*

**ENTREVISTA: "MISSŐES NO CONFLITO DE CABO DELGADO" ..... 51**

*Brunna Cianflone Reynals, Júlia Martins De Lima*

## Apresentação

Este número traz um dossiê com artigos feito para o V Colóquio Internacional de História da África "Missionação, Agências e Sujeitos Históricos" que aconteceu entre 28 e 30 de abril de 2021. Nesta quinta edição do evento a proposta foi discutir a cooperação para a multiplicação de pesquisas e novas perspectivas sobre o conhecimento da história da África colonial e pós-colonial. Dentro da tradição multidisciplinar Jefferson Olivatto Silva apresenta artigo que versa sobre a resistência africana a partir do Movimento Lumpa de Alice Lenshina da Zâmbia que mediou práticas culturais e o cristianismo passado pela igreja presbiteriana e escocesa que resultou na *United Church of Central Africa*. Jéssica Evelyn Pereira dos Santos analisa a obra etnográfica de Wilfrid D. Hambly e Gladwyn Murray Childs que estudaram as sociedades do planalto central de Angola em pleno período colonial e da delimitação do campo antropológico.

Já Anselmo Otávio apresenta suas reflexões sobre o discurso o *The African Renaissance, South Africa and the World* proferido pelo vice-presidente da África do Sul, Thabo Mbeki feito em 1998 que traz uma nova perspectiva política do África do Sul e sobre os países africanos que representa um período de transformação. As ações de violência como armas de guerra são o tema do artigo de Danielle C. Fuschilo e Letícia M. Dutra que analisam o estupro feminino durante a Guerra de Ruanda (1990-1994), conflito étnico que ocorreu entre Tutsis e Hutus. Buscando compreender o papel da política externa chinesa.

Em artigo, Vitória C. Oliveira busca entender as ações do país na Cooperação Sul-Sul em especial nas relações diplomáticas com o Djibouti. Laurindo Paulo R. Tchinhamba desenvolve uma reflexão sobre as medidas políticas e sanitárias implementadas pelos Estados africanos no enfrentamento da covid-19 apontando o histórico de experiências de combate a outras endemias e pandemias que acometeram os países africanos. Tamires S. Paula analisa a partir do diário de missão do padre Graciano Castellari, sua trajetória e permanência na missão nos períodos de fim do colonialismo em Moçambique mesmo no pós- independência (1975-1992). Finalmente Bruna C. Reynals e Júlia M. Lima apresentam a entrevista com o Arcebispo Dom Luís que viveu na província de cabo Delgado, ao norte de Moçambique onde ele relata os acontecimentos da guerra em Moçambique comentando os aspectos que resultaram no conflito e o sequestro das irmãs religiosas por grupos insurgentes. Esperamos que esta rica diversidade de artigos possa estimular e proporcionar debates e ao leitor e pesquisadores da área das Ciências Humanas.

Boa leitura a todos

Profa. Lúcia Helena Oliveira Silva (UNESP-Assis)

Profa. Patrícia Teixeira Santos (UNIFESP- SP)

**A ETNOGRAFIA COMO FONTE HISTÓRICA: PESQUISAS DE CAMPO EM  
ESPAÇOS COLONIAIS MISSIONÁRIOS NO PLANALTO CENTRAL DE  
ANGOLA (C. 1920 - 1950)**

Jéssica Evelyn Pereira dos Santos<sup>1</sup>  
Universidade Federal Fluminense  
jessicaevelynsantos@id.uff.br

**Resumo:**

Neste trabalho, dialogaremos criticamente com a obra de etnográfica de dois pesquisadores que abordaram as sociedades do planalto central de Angola, a fim de refletirmos acerca dos limites e possibilidades da etnografia enquanto tipologia documental para a pesquisa histórica do contexto colonial angolano.

**Palavras-Chave:** Colonialismo, Etnografia, Planalto Central de Angola.

**Introdução**

Em fevereiro de 1929, Wilfrid Dyson Hambly, à época curador de etnologia do museu de História Natural de Chicago<sup>2</sup>, embarcou em uma expedição que percorreu territórios que atualmente pertencem a Angola e Nigéria. O antropólogo assumiu a tarefa de “obter um conhecimento de primeira mão” das culturas autóctones africanas<sup>3</sup>. Outros sujeitos, advindos de variados contextos sociais e institucionais, também empreenderam pesquisas de campo para cumprir uma tarefa similar à do etnólogo britânico.

A emergência do continente africano enquanto objeto de uma antropologia que se construía em terreno colonial ganhou corpo na primeira metade do século XX. Esse processo teve um papel essencial para a delimitação do domínio da disciplina antropológica<sup>4</sup>, uma vez que seus limites ainda estavam a ser traçados em termos de profissionalização e institucionalização do campo de conhecimento. O crescente investimento de universidades europeias e norte-americanas em pesquisas de campo em territórios colonizados reflete uma tendência a uma preocupação intelectual em torno da necessidade de não apenas imaginar, mas “explicar” os povos não-ocidentais<sup>5</sup>, ao

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Bacharel e Mestra em História pela Universidade Federal de Alagoas.

<sup>2</sup> *The Field Museum of Natural History* (FMNH) é uma instituição museológica localizada em Chicago, Illinois, Estados Unidos da América, fundada em 1894.

<sup>3</sup> HAMBLY, Wilfrid D. **The Ovimbundu of Angola**. Anthropological Series. Vol. XXI, Nº 2. Chicago: Field Museum of Natural History, 1934. p. 105.

<sup>4</sup> THORNTON, Robert. Narrative Ethnography in Africa, 1850-1920: The Creation and capture of an Appropriate Domain for Anthropology, **Man**, v. 18, n.3, 1983. p. 518.

<sup>5</sup> THORNTON, Robert. *Op. Cit.* p. 516.

mesmo tempo em que aponta para a busca de uma autoridade desse domínio do saber no campo científico.

Um dos caminhos de aproximação da disciplina ao domínio científico se pautava no desenvolvimento de uma etnografia baseada em uma sistemática coleta, organização e análise de dados observados nas pesquisas de campo<sup>6</sup>. Essa direção vinha sendo desenhada desde o final do século XIX<sup>7</sup>, e tinha ganhado ressonância na segunda década do noventa, com a circulação de trabalhos como o de Malinowski<sup>8</sup>. No entanto, o campo continuou em processo de profissionalização até ao menos a virada para a segunda metade do século XX<sup>9</sup>.

Retratos de uma antropologia em formação, produções etnográficas voltadas para as análises das culturas africanas eram conduzidas por antropólogos profissionais, assim como também por missionários, etnógrafos amadores e administradores coloniais. Esses sujeitos contribuíram com a projeção e circulação de imagens e representações dos povos de África dentro e fora do continente. Se partirmos de uma abordagem que compreenda os resultados dessas pesquisas enquanto produtos históricos, formulados a partir de relações e condições socialmente situadas, podemos ponderar que, ao desenvolver investigações em terrenos coloniais, esses pesquisadores deixaram também vestígios da experiência histórica de povos africanos sob o colonialismo.

### **A etnografia como fonte histórica: Aproximações, limites e possibilidades**

Visualizar os fragmentos da história contidos nas etnografias produzidas em contextos coloniais é uma operação que apresenta possibilidades à investigação, mas também certos limites e problemas. Por um lado, a leitura desses trabalhos pode tornar visível temas e abordagens que estão ausentes em outros lugares, como nas documentações administrativas ou missionárias, principalmente sobre as populações

---

<sup>6</sup> OWUSU, Maxwell. Ethnography of Africa: the usefulness of the useless. **American Anthropologist**, v. 80, n. 2, p. 310-334, 1978; MAIR, Lucy. Anthropology and colonial policy. **African Affairs**, v. 74, n. 295, p. 191-195, 1975.

<sup>7</sup> OWUSU, Maxwell. *Op. cit.* p. 310.

<sup>8</sup> MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonauts of the Western Pacific**. An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea. London: Routledge 1922; MEAD, Margaret. Native languages as field-work tools. **American Anthropologist**, v. 41, n. 2, p. 189-205, 1939.

<sup>9</sup> HARRIES, Patrick. Anthropology. In: ETHERINGTON, Norman (Ed.). **Missions and empire**. New York, Oxford University Press, 2005. p. 257, 258.

para além das zonas costeiras, por exemplo. Por outro, pode refletir distorções e lacunas, muitas vezes associadas a perspectivas próximas a um repertório de conhecimento eurocentrado e colonialista, que pressupõe uma perspectiva cristalizada da trajetória histórica dos povos africanos<sup>10</sup>.

De modo análogo às outras tipologias documentais, a contemporaneidade expressa nos trabalhos etnográficos é resultado de uma elaboração intelectual e social, e não um retrato estático do “conhecimento de primeira mão” das culturas locais. Como Roy Wagner aponta, “a antropologia é sempre mediadora, esteja ou não consciente das implicações disso”<sup>11</sup>. É a partir do exame desse local de elaboração, mediação e tradução das culturas locais que se abre uma possibilidade de melhor compreender o que as etnografias têm a dizer acerca da experiência histórica colonial das comunidades que se propõem a descrever e codificar.

### **Etnografia e colonialismo no planalto central de Angola: o caso de Wilfrid D. Hambly e Gladwyn Murray Childs**

As obras etnográficas de dois pesquisadores que trabalharam no planalto central de Angola trazem algumas linhas gerais que nos permitem refletir acerca dos limites e possibilidades da etnografia enquanto tipologia documental para a pesquisa histórica. Wilfrid Dyson Hambly, antropólogo e curador do *Field Museum* de Chicago e Gladwyn Murray Childs, missionário congregacionista e antropólogo, desenvolveram monografias etnográficas sobre os povos do planalto central angolano que aparecem como referência em vários estudos sobre as populações falantes de *umbundu*<sup>12</sup>.

As pesquisas de campo que deram origem a essas publicações foram desenvolvidas total ou parcialmente em contextos missionários, os quais ofereceram suporte ao contato com os sujeitos locais. Compreender como as relações sociais e intelectuais entre os campos antropológico e missionário refletiram no trabalho de campo se mostra essencial para pensarmos na leitura dessas produções enquanto

---

<sup>10</sup> HERSKOVITS, Melville. Anthropology and Africa - A Wider Perspective - The Lugard Memorial Lecture for 1959. **Africa: Journal of the International African Institute**. Volume XXIX, nº 3, 1959. p. 234.

<sup>11</sup> WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac-Naify, 2010, p. 66.

<sup>12</sup> Por exemplo, HEYWOOD, Linda M. Towards an understanding of modern political ideology in Africa: the case of the Ovimbundu of Angola. **The Journal of Modern African Studies**, v. 36, n. 1, p. 139-167, 1998; THORNTON, John K. **A History of West Central Africa to 1850**. Cambridge University Press, 2020.

produtos históricos, reveladores de traços de narrativas sobre as culturas africanas sob o colonialismo.

Quando Wilfrid Hambly esteve em Angola a trabalho de campo no final dos anos 1920, seu contato com as sociedades locais foi mediado por sujeitos ligados às missões cristãs, principalmente as de orientação congregacionista. *The Ovimbundu of Angola*, publicado em 1934, foi o principal resultado da pesquisa empreendida pelo antropólogo entre 1929 e 1930<sup>13</sup>. Nessa obra, Hambly analisou os traços culturais ovimbundos<sup>14</sup> a partir de uma perspectiva comparativa com outros grupos da bacia do Congo, África do Sul e da Rodésia (localizada no atual Zimbábue). Para fazer isso, se apoiou largamente em depoimentos orais e na literatura de viajantes para traçar sua leitura da narrativa de origem e da matriz cultural do povo ovimbundo. Gladwyn Childs, além de antropólogo de formação, também era missionário ligado à *American Board of Commissioners for Foreign Missions* (ABCFM). Ao longo de sua atuação no planalto central entre as décadas de 1920 e 1940<sup>15</sup>, desenvolveu trabalho de campo que resultou na publicação em 1949 de *Umbundu Kinship and Character*, monografia etnográfica voltada ao estudo sistemático da cultura umbundu, dos padrões de comportamento dos sujeitos locais e de sua psicologia social. A atuação de Childs como diretor do Instituto Currie, uma escola da estação missionária, certamente influenciou a sua perspectiva de trazer o estudo a partir de uma ótica “de um compósito de antropologia prática, educação progressiva e uma nova abordagem às missões cristãs (CHILDS, 1949, p. 7).

O ponto de contato dessas obras se torna visível ao examinarmos o papel dos informantes e intérpretes. Nos casos de ambas as pesquisas, os principais intermediários mencionados nos trabalhos eram sujeitos ligados à missão: Paulino Ngonga e Raul Kavita Evambi. Paulino Ngonga atuou nas posições de informante e de intérprete da língua umbundu para a pesquisa de Hambly, fornecendo depoimentos orais acerca das narrativas de origem, estruturas de parentesco e costumes da cultura umbundu. No trabalho de Childs, os depoimentos de Ngonga são tomados principalmente como suporte para a descrição do papel da divinação nas sociedades

---

<sup>13</sup> NASH, Stephen; FEINMAN, Gary. **Curators, Collections, and Contexts: Anthropology at the Field Museum, 1893-2002**. Chicago: Field Museum of Natural History Press, 2003. p. 134.

<sup>14</sup> ‘Ovimbundo’ (em umbundu: ocimbundu (sing.), ovimbundu (pl.)) é a designação em português para um grupo etnolinguístico que ocupa majoritariamente o planalto central de Angola.

<sup>15</sup> Além do trabalho missionário, foi diretor do Instituto Currie, fundada em 1914 na estação missionária do Dondi. HENDERSON, Lawrence. **The Church in Angola: a river of many currents**. Cleveland: Pilgrim Press, 1992. p. 139.

umbundu<sup>16</sup>. Ngonga foi aluno da primeira turma da escola na missão do Dôndi (1914), um centro de treinamento localizado em uma localização central para as estações congregacionalistas canadenses e da ABCFM, ao norte do Caminho de Ferro de Benguela<sup>17</sup>. Os depoimentos do reverendo congregacionalista Raul Kavita Evambi sobre a função do elemento da ‘feitiçaria’ nas sociedades umbundu também contribuíram com a pesquisa de Childs, ainda que em menor escala se comparado com as colaborações de Ngonga<sup>18</sup>.

Os dois personagens tinham ligação com a missão congregacionalista, receberam educação formal pela escola da missão do Dondi, e Ngonga se tornou pastor de Elende em 1930. O lugar social que eles ocupavam, portanto, não pode ser negligenciado na análise, porque representa uma posição específica dentro das sociedades umbundu. A proximidade com a missão, a fluência linguística e o papel de mediação entre as sociedades locais e os pesquisadores não apenas informam os limites da generalização da cultura a partir de narrativas de sujeitos vinculados a um lugar social de distinção<sup>19</sup>, como também expressam as condições da questão do lugar epistemológico que emerge da relação entre o nativo/intérprete/informante e o etnógrafo<sup>20</sup>.

Isso não quer dizer que esses personagens ofereceram uma visão determinista da cultura local, apenas que suas afiliações com a fé cristã e a atividade missionária não devem ser negligenciadas na análise. Essas conexões imprimem significados que devem ser considerados como resultantes do universo de sentido dos agentes que os produzem, a partir de leituras que consideram narrativas de origem e traços culturais como definidores da identidade ovimbunda, negligenciando a coetaneidade do material oral que informa os trabalhos e a sua natureza originária do contexto colonial. Uma leitura que ultrapasse essa noção cristalizada da dimensão histórica expressa nas

---

<sup>16</sup> CHILDS, Gladwyn M. **Umbundu Kinship and Character**. Oxford: Oxford University Press for the Internacional African Institute, 1949. p. 37.

<sup>17</sup> HENDERSON, Lawrence. *Op. Cit.* p. 140.

<sup>18</sup> CHILDS, Gladwyn M. *Op. Cit.* p. 107.

<sup>19</sup> Iracema Dulley sugere que a “(...) “aceitação” da presença missionária por parte dos “Ovimbundu” consistiu numa estratégia de distinção, evidentemente não redutível a um cálculo oportunista, na qual a associação ao elemento “branco” foi significativa”. DULLEY, Iracema. **Deus é feitiçeiro: prática e disputa nas missões católicas em Angola colonial**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 52.

<sup>20</sup> Sobre os limites da relação entre etnógrafo e intérprete/informante, ver OWUSU, Maxwell. *Op. Cit.* p. 316.

etnografias deve atentar para o exercício necessário de contextualização dos processos de elaboração do conhecimento elaborado.

### **Considerações Finais**

A caracterização das afiliações entre as atividades missionárias e etnográficas no planalto central de Angola permite enxergar o lugar de produção de conhecimento sobre as culturas locais como um cenário de fronteira. Personagens como Gladwyn Childs assumem a dupla função de missionário e antropólogo, sinalizando uma delimitação ainda fluida dos campos de conhecimento, mesmo na década de 1940. Em um contexto em que antropologia e missiologia estão em processo de definição de seus limites, o suporte das missões cristãs era um ponto de partida comum das pesquisas de campo que se voltavam aos povos do planalto central nas primeiras décadas do novecentos.

Diante disso, propomos que a leitura do material etnográfico enquanto fonte para a análise da experiência histórica dos povos da região deve pautar-se pela reflexão crítica das narrativas culturais que essas etnografias evocam, as quais são mediadas a partir de um lugar de produção institucional, epistemológico e social, fruto de interesses historicamente elaborados.

### **BIBLIOGRAFIA**

CHILDS, Gladwyn M. **Umbundu Kinship and Character**. Oxford: Oxford University Press for the International African Institute, 1949.

DULLEY, Iracema. **Deus é feiticeiro: prática e disputa nas missões católicas em Angola colonial**. São Paulo: Annablume, 2010.

HAMBLY, Wilfrid D. **The Ovimbundu of Angola**. Anthropological Series. Vol. XXI, Nº 2. Chicago: Field Museum of Natural History, 1934.

HARRIES, Patrick. Antropology. In: ETHERINGTON, Norman (Ed.). **Missions and empire**. New York, Oxford University Press, 2005.

HENDERSON, Lawrence. **The Church in Angola: a river of many currents**. Cleveland: Pilgrim Press, 1992.

HERSKOVITS, Melville. Anthropology and Africa - A Wider Perspective - The Lugard Memorial Lecture for 1959. **Africa: Journal of the International African Institute**. Volume XXIX, nº 3, 1959. p. 234.

HEYWOOD, Linda M. Towards an understanding of modern political ideology in Africa: the case of the Ovimbundu of Angola. **The Journal of Modern African Studies**, v. 36, n. 1, p. 139-167, 1998. 2020.

MAIR, Lucy. Anthropology and colonial policy. **African Affairs**, v. 74, n. 295, p. 191-195, 1975.

NASH, Stephen; FEINMAN, Gary. **Curators, Collections, and Contexts: Anthropology at the Field Museum, 1893-2002**. Chicago: Field Museum of Natural History Press, 2003.

OWUSU, Maxwell. Ethnography of Africa: the usefulness of the useless. **American Anthropologist**, v. 80, n. 2, p. 310-334, 1978.

THORNTON, Robert. Narrative Ethnography in Africa, 1850-1920: The Creation and capture of an Appropriate Domain for Anthropology, **Man**, v. 18, n.3, 1983. p. 518.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac-Naify, 2010.

## **Entre Potências Tradicionais e Emergentes: o lugar do Brasil no Renascimento Africano (1998-2018)**

ANSELMO OTAVIO<sup>21</sup>

Professor no Curso de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Pesquisador junto ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRFRICA) e Núcleo Brasileiro de Estudos dos BRICS (NEBRICS)

Contato: otavio@unisinis.br

### **Resumo**

No mês de abril de 2018 completaram-se vinte anos da realização do discurso intitulado *The African Renaissance, South Africa and the World*. Proferido na Universidade das Nações Unidas no ano de 1998, pelo então vice-presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, o discurso apresentava ao mundo o que passaria a ser comumente conhecido como *African Renaissance* (Renascimento Africano). Destarte a possibilidade em compreender o discurso de Mbeki como proposta de política sul-africana direcionada a inserção regional, em verdade, tal discurso dá nome à conjuntura regional que surge no continente africano nos anos finais de 1990. De fato, diferentemente das décadas de 1980 e por quase toda a década de 1990, quando as perspectivas referentes aos países africanos eram caracterizadas pelo afropessimismo, as décadas recentes do século XXI passaram a refletir um continente em transformação. Por um lado, este cenário era atrelado a constituição de conjuntura internacional favorável, marcada pela maior presença e interesse de potências tradicionais e emergentes em atuarem no continente africano. Por outro lado, o Renascimento Africano simboliza a maior articulação entre os países africanos, cujos principais objetivos voltam-se a resolução de desafios econômicos, políticos e securitários existentes no continente. Diante deste cenário no continente africano, que se propõe analisar o lugar do Brasil no Renascimento Africano, destacando iniciativas que, direta ou indiretamente, impactaram nesta fase de transformações do continente.

**Palavras-chaves:** África. Brasil. Renascimento Africano.

### **Introdução**

Em 1998, Thabo Mbeki proferiu na Universidade das Nações Unidas o discurso *The African Renaissance, South Africa and the World*. Destarte a possibilidade em

---

<sup>21</sup> Doutor e Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS.

compreender tal discurso como proposta de política sul-africana direcionada a inserção regional, uma vez que se durante a vigência do regime *apartheid* a África do Sul desvalorizou o continente africano, e ao longo da administração Mandela (1994-1998), o que se viu foi a dificuldade em romper com as desconfianças, vide os desentendimentos com a Nigéria, Zimbábue e as críticas sobre intervenção militar no Lesoto, em verdade, tal discurso nomeava à conjuntura que se mostrava favorável ao continente africano nos anos finais de 1990 (OTAVIO, 2018).

Por um lado, tal favorecimento convergia com o interesse de potências tradicionais e emergentes em fortalecerem suas respectivas atuações no continente, motivados, principalmente, pela busca por matérias-primas. Por outro lado, a conjuntura favorável também era reflexo de um ciclo de transformações na África caracterizados pelo crescimento econômico, fim do *apartheid* na África do Sul, diminuição, isolamento ou o fim de regimes autoritários, que, em maior ou menor intensidade, mostrou-se presente na grande maioria dos países africanos. É diante deste cenário de grandes transformações no continente africano, que o artigo se propõe a analisar o lugar do Brasil no Renascimento Africano, destacando iniciativas que, direta ou indiretamente, impactaram nesta fase de transformações do continente.

### **O Renascimento Africano como resposta ao pós-Guerra Fria**

O término da Guerra Fria simbolizou não apenas o fim do cenário internacional dividido entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), mas também a fase de intensa difusão dos valores socioculturais estimados pelo Ocidente, destacadamente a democracia liberal e o neoliberalismo (VISENTINI, 2004). Diante deste cenário, ao menos nos anos iniciais da década de 1990, o continente africano foi marcado pelo predomínio do afro-pessimismo, visão simplista e preconceituosa que considera a África como espaço fadado a dependência de caridade externa e a incapacidade em resolver seus desafios nos âmbitos securitários, políticos e econômicos. Em certa medida, tal visão acabava sendo reforçada pelas intermináveis guerras civis, pela pobreza excessiva e pela condição de continente marginal dentro do processo da globalização econômica. Já no fim dos anos 1990 e ao longo da década de 2000, a África era vista como um continente em transformação. Por um lado, tal euforia era resultado do interesse de potências tradicionais e emergentes em aprofundar a inserção no continente. Por outro lado, a nova percepção era resultado do ciclo de transformações que o continente africano adentrava, simbolizado por características como o

crescimento econômico, o fim do *apartheid* na África do Sul, a diminuição ou término de ditaduras, e o surgimento de eleições democráticas multipartidárias.

Amplamente difundido por Thabo Mbeki, este novo momento africano passou a ser intitulado de *African Renaissance* (Renascimento Africano), e, no geral, marcado por duas dimensões e dois objetivos. Referente as dimensões, a primeira diz respeito à relação entre este renascimento e o termo ganense “*Sankofa*”, que significa mover o continente africano em direção a um futuro prospero, prosperidade esta que seria alcançada através da valorização e do resgate ao passado africano anterior a invasão europeia. Já a segunda refere-se à importância da interação entre a democracia e o desenvolvimento econômico, relação que criaria um cenário estável e favorável a continuidade das transformações políticas, econômicas e sociais vistas no continente (LANDSBERG; HLOPHE, 1999).

No que concerne aos objetivos, enquanto o primeiro diz respeito a maior valorização da integração regional, o segundo refere-se a uma nova inserção internacional adotando como estratégia a chamada responsabilidade mútua. Grosso modo, a responsabilidade mútua atrela este renascimento a aceitação por parte dos países africanos, do mundo globalizado, de seus condicionantes e da necessidade em forjar parcerias com os países industrializados e, em contrapartida, espera como resposta de tais países, investimentos, acesso a mercados consumidores e a cooperação em prol da resolução de desafios africanos. Em certa medida, a materialização do *African Renaissance* pode ser encontrada em iniciativas como à *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD), programa criado em 2001, e voltado ao âmbito econômico; na transformação da Organização da Unidade Africana (OUA) em União Africana (UA) e, mais recentemente, em iniciativas como o Programa para o Desenvolvimento de Infraestrutura da África (PIDA) de 2012 e a Agenda 2063 – A África que Queremos, de 2015 (OLIVEIRA; OTAVIO, 2021).

### **O Brasil diante do Renascimento Africano**

De modo geral, os primeiros vinte anos do Renascimento Africano converteu-se em convergência com as administrações Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018), e, conforme será analisado, tal período foi sendo acompanhado por momentos de afastamento e aproximação. Durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a preferência em parcerias com as potências tradicionais e com países da Ásia

Pacífico, bem como o interesse pela integração regional, foram prioridades que caminharam lado a lado com a seletividade na interação Brasil-África (CARDOSO, 2001; LAFER, 2003; CERVO; BUENO, 2012). Inicialmente, um primeiro reflexo desta seletividade poder ser encontrado no fechamento de Consulados e Embaixadas, como na República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe (STP), Camarões, Zâmbia, Togo, Tanzânia e Tunísia (OTAVIO, 2018).

Posteriormente, um segundo reflexo da seletividade para com a África diz respeito à priorização dos laços com África do Sul e Nigéria, países que eram vistos como estratégicos. No caso sul-africano, buscava-se aproveitar do país que, naquele momento, era a principal economia do continente africano, para formalizar um acordo de livre-comércio. Referente à Nigéria, principal parceiro comercial do Brasil no continente africano, a administração FHC buscou aprofundar as relações comerciais, enviando uma missão comercial brasileira para Lagos e realizando em solo brasileiro uma reunião multissetorial (PIMENTEL, 2000).

Destarte a manutenção ou intensificação de alguns pontos encontrados na agenda de política externa adotada pela administração FHC, como a parceria com potências tradicionais e o interesse pela integração regional, a administração Lula da Silva se diferencia da anterior uma vez que priorizou às relações Sul-Sul e, destacadamente, a maior interação com os países africanos. Grosso modo, ao longo da administração petista é possível destacar quatro iniciativas que exemplificam a importância que o continente africano ganhou para Brasília e, conseqüentemente, refletem o impacto do Brasil no Renascimento Africano. Uma primeira iniciativa diz respeito à criação de iniciativas como o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) de 2005; o Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidade para Todos, também de 2005; e a Lei 10.639/2003 que torna a história da cultura afro-brasileira como obrigatório nos ensinos fundamental e médio (VISENTINI, 2013).

Já a segunda relaciona-se à estrutura do Ministério das Relações Exteriores, onde foram criadas as Divisões de África I, II e III, fator que demonstrava a importância do continente africano para a política externa brasileira (VISENTINI, 2013). Grosso modo, a criação de tais divisões tornar-se-ia importante para as outras duas iniciativas, ambas de caráter político-diplomática. Neste caso, a terceira era marcada por um conjunto de escolhas direcionadas ao fortalecimento dos laços entre as partes, como o perdão das dívidas externas dos países africanos, o elevado número de visitas oficiais realizadas no continente africano – em torno de 20 países foram visitados pelo então presidente -, a abertura ou reabertura de embaixadas, como na República Democrática do Congo

(RDC), Camarões, Zâmbia, Togo, Tanzânia, Tunísia, o desenvolvimento de acordos em áreas relacionadas à saúde, cultura, agricultura, defesa, infraestrutura, dentre outras iniciativas. Paralelamente a tais escolhas, a quarta iniciativa refere-se ao aumento das relações econômicas entre as partes, com destaque para o aumento dos investimentos brasileiros em países como Angola, África do Sul, Guiné, RDC, Tanzânia, Líbia, Moçambique, Senegal, Angola, dentre outros.

Por fim, o papel do Brasil no Renascimento Africano ao longo das administrações que sucederam o governo Lula, foi marcado por duas características distintas. Destarte a instabilidade política que, futuramente, levaria o seu impedimento, a administração Rousseff (2011-2016) adotou a continuidade na inserção brasileira na África, vide a manutenção de projetos, como também a criação de novas iniciativas, destacadamente o Projeto de apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique (ProALIMENTOS), voltado a produção de hortaliças em regiões de Maputo (FINGERMANN, 2014; OLIVEIRA; MALLMANN, 2020). Junto a isso, vale destacar o envio do ex-presidente Lula como representante do Brasil na 17ª Cúpula da União Africana, e no investimento por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em projetos de infraestrutura no continente (INFRASTRUCTURE CONSORTIUM FOR AFRICA, 2016).

Diferentemente desta continuidade, a administração Temer (2016-2018) foi marcada, no âmbito interno, pelo desejo em estabilizar a economia brasileira (agenda neoliberal) e, no âmbito externo, pelo distanciamento junto ao continente africano (OLIVEIRA; MALLMANN, 2020). De fato, ainda que no âmbito comercial houve aumento nas trocas comerciais se comparado com a administração Rousseff, no âmbito educacional, por exemplo, o que se viu foi a diminuição do número de bolsas garantida a estudantes africanos junto ao PEC-G (graduação) e PEC-PG (pós-graduação), uma vez que se em 2010 havia 383 vagas direcionadas para a graduação e 143 para pós-graduação, em 2018, os números diminuíram para 281 e 52, respectivamente (DCE, 2019a; 2019b).

### **Considerações Finais**

A partir da análise anteriormente realizada, três momentos distintos na interação entre Brasil e Renascimento Africano podem ser destacados. O primeiro diz respeito aos anos iniciais do *African Renaissance* e a administração FHC (1995-2002), quando o continente africano foi colocado em segundo plano, vide o fechamento de embaixadas

e pela preferência em interação restringida à África do Sul e Nigéria. Logo, em um cenário marcado pela busca africana em desenvolver iniciativas como a NEPAD e a transição da OUA para UA, o que se via era o distanciamento brasileiro. Diferentemente deste momento, o segundo refere-se à administração Lula (2003-2010), cuja interação entre Brasil e África foi caracterizada por iniciativas como a cooperação em diversas áreas, o perdão de dívidas externas, visitas oficiais no continente, abertura ou reabertura de embaixadas dentre outras que, direta ou indiretamente, intensificaram a atuação brasileira no renascimento.

Posteriormente, a interação entre Brasil e o continente africano passou a ser marcado por dois momentos distintos. O primeiro, ocorrido durante a administração Rousseff (2011-2016), foi marcado pela continuidade em projetos e iniciativas criadas durante a administração antecessora. Já com seu sucessor, Temer (2016-2018), o que se viu foi o governo voltar-se aos desafios econômicos internos via adoção de uma agenda neoliberal. No âmbito da política externa, tal administração foi marcada por priorizar o eixo Norte-Sul, e pela colocação do continente africano em segundo plano, este refletido na diminuição no número de bolsas para estudantes africanos estudarem no Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Fernando Henrique. A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: v. 44, n. 1, p. 5-12. 2001.

CERVO, Amado. BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2012.

DIVISÃO DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS (DCE). **Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)**. Brasília, 2019a. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php>>. Acesso em: 25 jun. 2019

DIVISÃO DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS (DCE). **Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)**. Brasília, 2019b. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECPG.php>>. Acesso em: 25 jun. 2019

FINGERMANN, Natalia Noschese. A cooperação trilateral brasileira em Moçambique – Um estudo de caso comparado: o ProALIMENTOS e o ProSAVANA. **Tese**. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 274f. 2014. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11608/Fingermann\\_TES\\_E\\_2014\\_joined\\_document.pdf?sequence=1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11608/Fingermann_TES_E_2014_joined_document.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 15 maio 2019.

HLOPHE, Dumisani; LANDSBERG, Chris. **The African Renaissance as a modern South African Foreign Policy Strategy**, Paris: Science Po, 1999.

INFRASTRUCTURE CONSORTIUM FOR AFRICA. **Infrastructure Financing Trends in Africa** – 2015. Abidjan: 2016. Disponível em: <[https://www.icafrica.org/fileadmin/documents/Annual\\_Reports/ICA\\_2015\\_annual\\_report.pdf](https://www.icafrica.org/fileadmin/documents/Annual_Reports/ICA_2015_annual_report.pdf)>. Acesso em: 12 maio. 2019.

LAFER, Celso. Palestra Inaugural do Professor Celso Lafer. In: FUJITA, Edmundo S. (org.) **O Brasil e a Ásia no Século XXI: Ao Encontro de Novos Horizontes**. Brasília: IPRI, 2003, p. 11-17.

MBEKI, Thabo. **Speech by Deputy President Thabo Mbeki at the United Nations University: The African Renaissance, South Africa and the World**. [S.l.], 9 Apr. 1998. Disponível em: <<http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/1998/mbek0409.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

OLIVEIRA; Guilherme Ziebell de; OTAVIO, Anselmo. Africa's Strategies of Development and International Insertion: The Hybridity of Agenda 2063. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro: v. 43, nº 2, p. 331-353, 2021.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de; MALLMANN, Vinícius Henrique. A política externa brasileira para a África de Lula a Temer: mudança matricial em meio à crise. **Revista Carta Internacional**. Belo Horizonte: v. 15, nº3, p. 12-150, 2020.

OTAVIO, Anselmo. A dimensão do Atlântico Sul para Brasil e África do Sul (1415-2015): uma contribuição para o estudo de um espaço estratégico, 273f. **Tese**. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2018.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. Relações entre o Brasil e a África subsaariana. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: v. 43, n. 1, p. 05-23. 2000

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A África e as Potências Emergentes: nova partilha ou cooperação Sul-Sul?** Porto Alegre: Leitura XXI, 2013

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O descompasso entre as nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

**ESTUPRO COMO ARMA DE GUERRA NO GENOCÍDIO DE RUANDA (1990 - 1994)  
SOB A VISÃO FEMINISTA PÓS-COLONIAL**

Danielle Colpani Fuschilo<sup>22</sup>

UNAERP

[daniellefuschilo@outlook.com](mailto:daniellefuschilo@outlook.com)

Leticia de Medeiros Dutra<sup>2324</sup>

UNAERP

[leticiademedeirosdutra@gmail.com](mailto:leticiademedeirosdutra@gmail.com)

## **RESUMO**

O presente trabalho teve como objetivo compreender como a violência sexual feminina era utilizada como arma de guerra, durante a Guerra de Ruanda (1990-1994), conflito étnico que ocorreu entre Tutsis e Hutus em busca de poder do país e se demonstrou marcado pela violação dos direitos humanos e o estupro sistemático, resultando em um dos maiores genocídios da história. Foi compreendido que o estupro ultrapassou a questão de gênero, sendo utilizado não apenas como um meio para controlar os corpos femininos e promover o terror, mas também como forma de disseminação tanto da etnia Tutsi como Hutu, na tentativa de representar a superioridade étnica.

**Palavras-chaves:** Guerra de Ruanda. Violência Sexual. Teoria Feminista.

## **ABSTRACT**

This study aimed to understand how female sexual violence was used as a weapon of war during the Rwandan War (1990-1994), an ethnic conflict that took place between Tutsis and Hutus in search of power in the country and proved to be marked by violation

---

<sup>22</sup> Graduanda de Relações Internacionais da Universidade de Ribeirão Preto e estagiária de Comércio Exterior.

<sup>23</sup> Graduanda de Relações Internacionais da Universidade de Ribeirão Preto.

<sup>24</sup> Gostaríamos de agradecer a Orientação da Prof. Dra. Tamires A. Ferreira Souza

rights and systematic rape, resulting in one of the greatest genocides in history. It was understood that rape went beyond the gender issue, being used not only as a means to control female bodies and promote terror, but also as a way of disseminating both the Tutsi and Hutu ethnic groups, in an attempt to represent ethnic superiority.

**Keywords:** Rwanda War. Sexual Violence. Feminist Theory.

## **Introdução**

A presente monografia teve como finalidade compreender, sob a lente da Teoria Feminista das Relações Internacionais, como a violência sexual feminina era utilizada como arma de guerra, durante a Guerra de Ruanda (1990-1994). Para tanto, a metodologia de pesquisa esteve baseada na análise histórica e na Teoria Feminista Pós-Colonial das Relações Internacionais, as quais foram utilizadas fontes primárias e secundárias, sendo elas: artigos científicos, livros, dados oficiais da Organização das Nações Unidas e depoimentos.

A guerra ocorrida em Ruanda em 1994, caracterizou um conflito entre Tutsis e Hutus, que expressou a rivalidade étnica presente no país, que foi fomentada pela segregação e incitação de ódio pelos colonizadores belgas, contribuindo para moldar a sociedade de Ruanda. As questões entre gênero, historicidade e colonização fazem parte da agenda de análise da Teoria Feminista Pós-Colonial das Relações Internacionais. A obra aqui apresentada trouxe um resgate do conceito de estupro como arma de guerra, para assim atingir a compreensão de como a prática foi exercida em solo ruandês e dos impactos da mesma sobre as mulheres de Ruanda, sob a óptica do feminismo pós-colonial.

Esta obra foi dividida em quatro capítulos. Na primeira seção foi explorada a Teoria Feminista das Relações Internacionais no campo da defesa e segurança, destacando os conceitos de gênero e violência sexual. Contemplou-se brevemente como se deu a Guerra de Ruanda, que resultou em um genocídio, e posteriormente, expôs-se a violação sexual a qual as mulheres foram submetidas como forma de atingir e impor dominação a um grupo étnico. Por fim, foi feita uma interpretação da prática da violência sexual feminina durante a Guerra de Ruanda a partir da Teoria Feminista Pós-Colonial.

## **Gênero e suas aplicações em Relações Internacionais**

A proposta de análise a partir da Teoria Feminista se dá pela ênfase e inclusão atribuída pela mesma em questões de gênero, a qual busca trazer maior visibilidade para o feminino dentro das Relações Internacionais, contestando a ausência desse conteúdo extremamente relevante como categoria de análise, tanto para o passado quanto para a atualidade (SCHOLZ, 2018). A Teoria Feminista permite também chamar atenção para a dimensão humana/individual dos conflitos armados, aspectos que não são considerados com destaque pelas teorias tradicionais das Relações Internacionais.

A vertente da Teoria Feminista definida para análise foi a Pós-Colonial, ao passo que Ruanda é um país pertencente ao Sul, que representa o foco dessa perspectiva. Além disso, a Teoria Feminista Pós-Colonial propõe a identificação das particularidades entre as mulheres do Ocidente e do Oriente, assim como o olhar específico para as diferenças de classe e raça entre elas. A partir dessa reflexão, foi trago um debate que aborda essas mulheres, comportamentos e lutas distintas, atraindo a visão para um feminismo destinado às mulheres do Oriente, em particular da África.

Para tornar possível a compreensão e aprofundamento da Teoria Feminista Pós-Colonial, deve-se interpretar aspectos base criados pelo Pós-Colonialismo, teoria que foi o ponto inicial e representa um pensamento pendente para os estudos sociológicos. Enfatizando críticas ao eurocentrismo dominante e a imposição do capitalismo do Norte sobre o Sul, leva-se à crítica e reformulação pelo feminismo, encaminhando os estudos de gênero voltados para o Sul.

O Feminismo Pós-Colonial defende a necessidade de considerar a história como fator determinante para resgatar as origens coloniais e desconstruir ideais impostos pelo Norte, a fim de repensar a aplicação da realidade imperialista sobre a experiência da mulher do Sul global.

Um dos pontos levantados pela Teoria Feminista Pós-Colonial é a acusação de que o feminismo em geral é feito para a mulher da elite ocidental, sendo assim exclusivo e incapaz de representar a mulher do Sul global. Para Bahri (2013), visando completar essa lacuna, a teoria propõe uma análise aprofundada na conexão entre gênero, raça e classe, que levará à uma ampliação do objeto de estudo do feminismo tradicional, considerando as necessidades e experiências da mulher oriental.

A exploração do Sul feita pelo Ocidente se concretizou de inúmeras formas, desde a obtenção de recursos naturais à violação dos corpos femininos. Para Seth (2013), o capitalismo e as instituições se uniram para instalar a exploração, que possibilitou a ascensão desenvolvimentista do Norte, sua elevação hierárquica e construiu o escopo do sistema internacional.

### **100 dias de terror: a Guerra de Ruanda (1990-1994)**

Localizada na África Central, compartilhando fronteira com países como a Uganda e Tanzânia, a República de Ruanda situa-se na região dos Grandes Lagos da África, tendo como principais fontes de renda a agricultura de subsistência, turismo e indústria de minérios. (VÁZQUEZ, 2017). Em um primeiro momento, a República de Ruanda foi concedida à Alemanha durante a Conferência de Berlim em 1884, porém os alemães perderam o domínio do território para o Reino da Bélgica, como consequência da Primeira Guerra Mundial. A população ruandesa era composta majoritariamente pela etnia Hutu - 85 % - em menor número havia os Tutsis - 14% - e representando apenas 1% da população estavam os Twas. Os colonizadores os diferenciavam por meio de carteirinhas de identificação étnica, ação que segregava ainda mais essa civilização. (AMARAL; FRUCTUOZO, 2009).

Os Hutus eram maioria na região, mas o domínio da política e economia ruandesas pertencia aos Tutsis, que reprimiram fortemente as demais etnias. Porém, essa dominação Tutsi ocorre até 1959, pois por conta dessa condição de subordinação e descontentamento, os Hutus se rebelam e desencadeiam uma revolta, tomando o poder. Segundo Silva (2016), “a Revolução de 1959 marcou expressivamente uma mudança no poder administrativo do país, antes dirigido por tutsis, agora com uma parcela hutu.” Em 1962, Ruanda se torna independente da colonização belga, e sob a liderança do General Hutu Juvénal Habyarimana, uma ditadura foi implantada no país em 1973, por meio de um golpe de Estado. (MORAIS; TREIS, 2018).

O governo de Habyarimana demonstrou instabilidade a partir de 1990, período no qual uma crise econômica assolava o país, havendo também uma pressão vinda do exterior. Juntamente a isso, o então presidente enfrentava a insatisfação dos Tutsis, que passaram a ser reprimidos com os Hutus no poder, assim como os membros de sua própria etnia que se opunham ao seu governo.

A situação do país passou a repercutir internacionalmente, e levou os países europeus a cortarem os recursos antes destinados a Ruanda. Em 1994, Habyarimana viajou para a Tanzânia com o intuito de solucionar o problema que ameaçava Ruanda, porém o avião que o transportava de volta foi atingido por dois mísseis. Os Hutus então associaram o acontecimento aos opositores, levando à perseguição dos Tutsis por todo território ruandês, ato que representava uma tentativa de disseminação desse povo como forma de domínio territorial:

É a partir desse cenário que o genocídio ruandês escalou em proporção até ser considerado como o mais rápido e mais avassalador genocídio de que se tem registro, no qual foram mortos – em um período de 100 dias – entre 800.000 a 1.000.000 de homens, mulheres e crianças Tutsis e Hutus moderados (HRW, 1996 apud MORAIS; TREIS, 2018, p. 116).

Os fatos expostos anteriormente, foram decisivos para instalar o caos e constituir os 100 dias do genocídio ruandês. A partir disso, muitas mortes mancharam o solo de Ruanda, sendo esses assassinatos exercidos majoritariamente por facções, que representavam instrumentos de fácil manejo pela alta presença da sociedade em trabalhos manuais exercidos no campo. Além da brutalidade exercida durante a chacina, o estupro sistemático caracterizou o conflito - tanto da etnia Tutsi quanto Hutu - em busca de atingir o grupo rival.

### **Violência sexual em cenários bélicos**

A guerra ocasionou inúmeras mortes, mas um de seus fatos mais marcantes foi a utilização do estupro de muitas mulheres como estratégia de guerra, com o intuito de demonstrar a dominação masculina e atingir uma etnia - seja ela Hutu ou Tutsi - em um contexto em que esses estupros foram incentivados pelos líderes étnicos.

Segundo Mullins (2009), o denominado por ele “estupro genocida” ultrapassa questões de sexualidade, e se torna ferramenta para disseminar o medo e exterminar uma etnia considerada rival, a fim de impor dominância e conquistar um território.

As cicatrizes da guerra marcaram especialmente essas mulheres, que tiveram seus corpos utilizados para domínio e controle. As consequências são de naturezas variadas, como físicas, psicológicas e até políticas, que inclusive perpetuam até a atualidade na sociedade ruandesa. Numerosas foram as vítimas desses estupros e conseqüentemente as gestações decorrentes deles. Estima-se que mais de 100.000

crianças nasceram no período, sendo então denominadas “filhos do ódio”. Além disso, os estupros contribuíram para a propagação do HIV, o que agravou ainda mais a situação do país. (MORAIS; TREIS, 2018).

The specialists (doctors and psychologists) add a third reason to the foregoing, with reference to the number of pregnancies, which would seem to be between 2,000 and 5,000. According to the statistics, one hundred cases of rape give rise to one pregnancy. If this principle is applied to the lowest figure, it gives at least 250,000 cases of rape and the highest figure would give 500,000, although this figure also seems excessive. (UNITED NATIONS, 1996, p. 7).

A violência sexual contra as mulheres no genocídio de Ruanda, principalmente contra as mulheres de etnia Tutsi, foi utilizada como uma ferramenta para a humilhação e aniquilação da população Tutsi, visto que a sociedade ruandesa possui características patrilineares e patriarcais. As mulheres de etnia hutu que se pareciam fisicamente com as mulheres Tutsi também sofriam com o abuso sexual, quando suas carteirinhas de identificação se perdiam (BANYANGA; ÖSTERMAN, 2017).

Many testimonies of Rwandan rape survivors concludes that Hutus raped Tutsi women — or even Hutu women with relations to Tutsi men — with the specific intent to destroy the whole Tutsi population (RUSSELL-BROWN 2003, p.362 apud NICOLAISEN, 2019, p. 12).

No caso Ruandês, a mulher é vista como objeto de posse aos olhos da sociedade e do próprio companheiro e o estupro contra a mulher é uma ferramenta, para desestabilizar e retirar a dignidade de um homem.

### **Considerações finais**

Ao concluir essa pesquisa, colaboramos na formação de consciência da população, no que diz respeito à violência sexual contra as mulheres, não só em contextos belicosos, mas de modo mais abrangente. Portanto, interpretamos a imposição e dominação étnica, conectando-as com as problemáticas de gênero que caminham pelo mundo, e se tornam cada vez mais explícitas quando analisadas as situações enfrentadas pela mulher do Sul Global.

Explorando o caso ruandês, essas subjetividades foram evidenciadas com a análise proposta, utilizando o feminismo pós-colonialista como meio de identificação do

quão ainda mais profundamente o estupro pode afetar a mulher do Sul. Outro ponto que se fez necessário debater foram as associações da mulher do Sul à características negativas, que cria a ideia essencialista de vulnerabilidade, e engloba uma questão fortemente evidenciada e questionada pelo feminismo pós-colonial. Junto a isso, buscou-se considerar a ausência de voz proferida às mulheres do Oriente, que implica no reforço da exclusão delas em termos de representação, tornando a luta e as reivindicações dessas mulheres mais distantes de serem alcançadas. Como resultado, compreendemos que o estupro ultrapassou a questão de gênero, sendo utilizado não apenas como um meio para controlar os corpos femininos e espalhar o terror, mas também como forma de disseminação tanto da etnia Tutsi como Hutu, na tentativa de representar a superioridade étnica.

## **BIBLIOGRAFIA**

AMARAL, Sérgio Tibiriçá; FRUCTUOZO, Ligia Maria Lario. **Ruanda: Memórias de um Genocídio**. 2009. Disponível em:

<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/2037>. Acesso em: 30 abril 2021.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 659-688, ago. 2013. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2013000200018>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/DkgnY7FKCXXcwsYfdGvWktp/?lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2021.

BANYANGA, Jean D'amour; ÖSTERMAN, Kaj Björkqvist\* & Karin. The Trauma of Women Who Were Raped and Children Who Were Born as a Result of Rape during the Rwandan Genocide: Cases from the Rwandan Diaspora. **Pyrex Journal Of African Studies And Development**. Vasa, p. 31-39. 12 dez. 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/323607588\\_The\\_Trauma\\_of\\_Women\\_Who\\_Were\\_Raped\\_and\\_Children\\_Who\\_Were\\_Born\\_as\\_a\\_Result\\_of\\_Rape\\_during\\_the\\_Rwandan\\_Genocide\\_Cases\\_from\\_the\\_Rwandan\\_Diaspora](https://www.researchgate.net/publication/323607588_The_Trauma_of_Women_Who_Were_Raped_and_Children_Who_Were_Born_as_a_Result_of_Rape_during_the_Rwandan_Genocide_Cases_from_the_Rwandan_Diaspora). Acesso em: 10 out. 2021.

MORAIS, Pâmela Samara Vicente; TREIS, Maria Eduarda Jark. Estupro Genocida: Como a Tática de Guerra Marcou a Sociedade Ruandesa. **Revista Perspectiva**, Rio Grande do Sul, v.11, n. 21. 2018. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/87176/52341>. Acesso em: 01 abr. 2021.

MULLINS, Christopher W.. "He Would Kill Me With His Penis": Genocidal Rape in Rwanda as a State Crime. **Critical Criminology**. Springer Netherlands, p. 15-33. mar. 2009.

NICOLAISEN, Viktoria. **The systematic use of sexual violence in genocide — understanding why women are being targeted using the cases of Rwanda and the former Yugoslavia**. Suécia, 2019. Disponível em: <http://uu.diva-portal.org/smash/get/diva2:1359249/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em: 17 junho 2021.

SCHOLZ, Flávia Werner. Gênero e as Relações Internacionais: o Uso da Violência Sexual como Arma de Guerra. **Cadernos de Relações Internacionais/PUC**, Rio de Janeiro, v. 1, 2018. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev\\_cadri.php?strSecao=fasciculo&fas=33621&NrSecao=Artigos&conteudo=33490](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_cadri.php?strSecao=fasciculo&fas=33621&NrSecao=Artigos&conteudo=33490). Acesso em: 01 abr. 2021.

SETH, Sanjay. **POSTCOLONIAL THEORY AND INTERNATIONAL RELATIONS: a critical introduction**. New York: Routledge, 2013.

SILVA, Thaíse Alves da. **Guerra étnica, civil ou genocídio? Por uma história de Ruanda**. Bahia, 2016. Disponível em: [http://snh2011.anpuh.org/resources/anais/49/1477879047\\_ARQUIVO\\_Guerraetnica.pdf](http://snh2011.anpuh.org/resources/anais/49/1477879047_ARQUIVO_Guerraetnica.pdf)

UNITED NATIONS. **Report on the situation of human rights in Rwanda submitted by Mr. René Degni-Ségui, Special Rapporteur of the Commission on Human Rights, under paragraph 20 of resolution S-3/1 of 25 May 1994**. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/E\\_CN-4\\_1996\\_68-EN.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/E_CN-4_1996_68-EN.pdf). Acesso em: 17 junho 2021.

VÁZQUEZ, Daniel Rodríguez. El genocidio de Ruanda: análisis de los factores que influyeron en el conflicto. **Instituto Espanhol de Estudos Estratégicos**, Espanha, 2017. Disponível em: [http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs\\_opinion/2017/DIEEEO59-2017\\_Genocidio\\_Ruanda\\_DanielRguezVazquez.pdf](http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2017/DIEEEO59-2017_Genocidio_Ruanda_DanielRguezVazquez.pdf). Acesso em: 01 abr. 2021.

**COOPERAÇÃO SUL-SUL**  
**Estratégia Diplomática chinesa com o Djibouti, no governo Xi Jinping (2013 – 2018)**

Vitória Calegari Oliveira<sup>25</sup>  
Universidade de Ribeirão Preto,  
[vcalegarioliveira@gmail.com](mailto:vcalegarioliveira@gmail.com)

## RESUMO

Este artigo se propõe a compreender qual o papel da política externa chinesa de Cooperação Sul-Sul dentro da estratégia do atual Presidente Xi Jinping no que tange às relações diplomáticas com o Djibouti. Para tanto, será utilizada uma análise exploratória descritiva, tendo seu suporte em bibliografias e sites oficiais acerca do tema, assim como declarações emitidas pelo governo chinês.

**Palavras-chave:** Cooperação Sul-Sul; China; Djibouti.

## ABSTRACT

This article aims to understand the role of the Chinese foreign policy of South-South Cooperation within the strategy of current President Xi Jinping regarding diplomatic relations with Djibouti. For this purpose, a descriptive exploratory analysis will be used, having its support in bibliographies and official websites about the topic, as well as statements issued by the Chinese government.

**Keywords:** South-South Cooperation; China; Djibouti.

## INTRODUÇÃO

A República Popular da China, com enfoque no governo do Presidente Xi Jinping analisado entre os anos de 2013 e 2018, tem sua Política Externa estruturada em bases autodenominadas pacíficas, de harmonia e cooperação que se adequam aos seus interesses nacionais e internacionais através de estratégias políticas conhecidas como Desenvolvimento Pacífico<sup>26</sup> e Mundo Harmonioso<sup>27</sup>. (CARRIÇO, 2013). É neste contexto que a Cooperação Sul-Sul (CSS) será estudada, a partir da análise da relação diplomática entre a República Popular da China (RPC) e o Djibouti<sup>28</sup>.

<sup>25</sup> Graduanda em Relações Internacionais, pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP).

<sup>26</sup> É caracterizada como uma iniciativa que visa o desenvolvimento nacional chinês concomitantemente ao desenvolvimento mundial pautada em bases harmoniosas e promovendo a paz geral, por meio de práticas cooperativas entre os países. (CHINA, 2011).

<sup>27</sup> Descrito como um dos pilares da estratégia política chinesa, este é um termo adotado pelo atual presidente do país, Xi Jinping, e utiliza como base os princípios da democracia, amizade, tolerância e justiça para a construção de uma nova ordem mundial. (CARRIÇO, 2013).

<sup>28</sup> A República do Djibouti, ou somente Djibouti, é uma ex-colônia francesa que adquiriu sua

Cooperação Sul-Sul<sup>29</sup> é o termo empregado para se referir às relações, diplomáticas e econômicas, que ocorrem entre Estados localizados ao sul do globo e que possuem características comuns que os distinguem das grandes potências da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Esta estratégia de cooperação foi elaborada pela China, e abraçada pelos demais países do sul, de modo a impulsionar, não somente sua economia e desenvolvimento, como também as demais economias emergentes à um desenvolvimento sustentado em bases harmônicas, não intervencionistas, que resultem, em benefícios mútuos e duradouros. (MENDES, 2010; MILANI; CARVALHO, 2012).

A própria China passa a se intitular como a maior nação subdesenvolvida do mundo, apresentando um modelo de desenvolvimento político e econômico pautado em vias pacíficas, harmoniosas e mutuamente benéficas, e as quais não se assemelham aos modelos das demais potências; tendo na cooperação e nas Instituições o eixo estruturante de suas relações internacionais. (MENDES, 2010; CHINA, 2021).

A ascensão da China como potência econômica no início do século XXI, somada as suas heranças históricas de intervenções imperialistas, contribuíram para que o país liderasse a CSS como alternativa à CNS de cunho hegemônico, buscando um ambiente harmonioso e de desenvolvimento pacífico abrangente. (MILANI; CARVALHO, 2012; CARRIÇO, 2013).

Desde a instauração da República Popular da China em 1945, o país vem se mostrando um participante ativo no Sistema Internacional, comprometendo-se com um desenvolvimento sustentável, oferta de assistências aos países que necessitados – seja nas lutas pela independência ou impulsionar seus desenvolvimentos econômicos e sociais -, além de uma inserção nas tendências de globalização de maneira pacífica e harmoniosa. O discurso pela paz é uma estratégia utilizada pelos governos da RPC em suas trajetórias políticas, econômicas e militares, tanto em âmbito interno, quanto externo; além de ser o princípio ordenador de suas políticas públicas, remetendo a características seculares da sociedade chinesa. Este aspecto é dado pela perspectiva histórica do país, que utilizou desta base ancestral para formular os conceitos de Desenvolvimento Pacífico, Mundo Harmonioso, e posteriormente, a *Belt and Road Initiative*. (CHINA, 2011; PIRES, 2013; CHINA, 2021).

## O DESENVOLVIMENTO PACÍFICO

Os conceitos de Desenvolvimento Pacífico e Mundo Harmonioso são baseados em princípios antigos do povo chinês, que desde séculos atrás priorizam a paz e a harmonia como fatores essenciais à estabilidade. Todavia, considerando a dinamicidade do cenário internacional e das interações que o compõe, além de novas distribuições de poder que ocorrem, faz-se necessário uma atualização, tendo sempre em vista os princípios originais, dos pilares que regem a sua política externa em um cenário pós- Guerra Fria e das tendências de globalização, como a manutenção nos níveis de desenvolvimento nacional e internacional, a construção do novo

---

independência em 1977, e possui como capital a cidade que carrega consigo o nome do país. (THE WORLD FACTBOOK, 2021).

<sup>29</sup> A ideia de Cooperação Sul-Sul foi inicialmente apresentada na Primeira Conferência de Países da Ásia e da África, ocorrida em 1955 na cidade de Bandung na Indonésia. (MILANI; CARVALHO, 2012; PECEQUILO; CARMO, 2014).

multilateralismo, e a criação de interesses comuns para o aumento da interdependência entre os países. (CHINA, 2011; PIRES, 2013; CHINA, 2021).

Na análise do Desenvolvimento Pacífico no governo de Xi Jinping é perceptível o carácter de atualização, e não transformação, das políticas governamentais chinesas. Como suporte a esta justificativa, a buca pelo desenvolvimento é estabelecida como um objetivo a ser alcançado a longo prazo, não limitado a um único governo e sua política, mas sim, um objetivo nacional incorporado às políticas de Estado e combinadas à um cenário internacional estável capaz de estruturar tal meta. (CARRIÇO, 2013). Com sua liderança, o PCC aperfeiçoou as estratégias de execução da política externa do país, mantendo a percepção de um ambiente internacional com tendências globalizadas, cooperativas e independentes, e reafirmando as diretrizes desenvolvidas pelos governos anteriores. (CARRIÇO, 2013; YI, 2017; CHINA, 2021). Para Xi Jinping, as relações internacionais contemporâneas devem ser pautadas em cooperações *win-win*, seguindo as tendências do século XXI; uma vez que a mentalidade da Guerra Fria e a busca pelo poder soma zero estão obsoletos. Para isso, o governo chinês deve construir uma rede global de parcerias, defendendo o princípio de não alinhamento. (YI, 2017).

Neste sentido, o presidente desenvolveu a *Belt and Road Initiative*, ou Iniciativa do Cinturão e Rota<sup>30</sup>, como um mecanismo incorporado à estratégia do Desenvolvimento Pacífico. Foi criada com o objetivo de promover uma abertura e progresso completo da China, e que estabelece um aprimoramento da antiga Rota da Seda<sup>31</sup>, contando com duas propostas de integração regional atuais: o Cinturão Econômico da Rota da Seda<sup>32</sup> e a Rota da Seda Marítima do Século XXI<sup>33</sup>, esta que tem como objetivo “melhorar a eficiência das rotas marítimas entre grandes portos de diversos países, incluindo o desenvolvimento de um corredor marítimo no Oceano Índico”; percorrendo o litoral leste chinês, através do Mar do Sul da China e Oceano Índico, até a Europa e também o ‘Chifre da África’ e o Canal de Suez. (NASCIMENTO; MAYNETTO, 2019, p. 125).

---

<sup>30</sup> A Iniciativa tem como objetivo ligar aproximadamente 4.4 bilhões de pessoas e mais de 60 países, criando uma interconexão entre eles e tendo a China como país central. É “estabelecer-se como uma alternativa aos projetos liberais de livre comércio do Estados e Instituições Ocidentais [...]” (LI, 2015, p. 81 apud ODGAARD, 2018).

<sup>31</sup> A antiga Rota da Seda foi um corredor de integração entre as regiões sul da Ásia e da Europa, em prol do comércio de seda entre as regiões. (NASCIMENTO; MAYNETTO, 2019).

<sup>32</sup> O Cinturão Econômico da Rota da Seda “desenvolverá ‘pontes terrestres eurasiáticas’, em uma cadeia logística que conectará o litoral chinês ao Porto de Rotterdam, nos Países Baixos, com diversos corredores econômicos ao longo da rota, conectando a China à Mongólia, Rússia, Ásia Central e Sudeste Asiático”. (ONE..., 2015 apud NASCIMENTO; MAYNETTO, 2019, p. 124).

<sup>33</sup> Por possuir relevância nos objetivos e debates propostos, a Rota Marítima da Seda do Século XXI será o desdobramento referido quando citado ao longo do texto a Iniciativa do Cinturão e Rota; uma vez que a região do Leste Africano é afetada por este corredor econômico.

## A CHINA E O DJIBOUTI

Situado na região do Corno da África, o Djibouti dispõe de uma importante localização geoestratégica, servindo como fronteira entre o Mar Vermelho, na rota do Canal de Suez<sup>34</sup>, e o Golfo de Áden, junto ao estreito de Bab-el-Mandeb que liga o Mar Vermelho ao Oceano Índico; além de estabelecer-se em terra entre a Eritreia e Somália. É neste pequeno país do Leste Africano que a China, em 2017, instalou sua primeira base militar externa<sup>35</sup>. Por ter um clima seco e desértico, há baixa produção de matérias-primas, tornando-o dependente da importação destes produtos. As vantagens do Djibouti se encontram em sua localização estratégica nas rotas de navegação citadas acima, estando perto também dos campos de petróleo da Arábia. (ALMEIDA, 2019; THE WORLD FACTBOOK, 2021).

Pelo fato de possuir infraestruturas precárias nas áreas de transporte e energia, principalmente no interior do país, o presidente djibutiano Ismail Omar Guelleh<sup>36</sup> enfatizou a relevância do aprimoramento destas para o desenvolvimento nacional. Tendo a República Popular da China como principal parceira, as principais contribuições do país asiático ao Djibouti estão na reinauguração da Ferrovia Djibouti-Addis Abeba e do Porto Doraleh Multiuso (DMP, sigla em inglês), ambos em 2017 e inseridos no projeto da BRI. (IDLE; LASSERRE, 2021; THE WORLD FACTBOOK, 2021).

A parceria entre o governo djibutiano e a China, no que tange o desenvolvimento em infraestrutura, visa colocar o país em uma posição de destaque dentre as demais nações do Leste Africano, sendo reconhecido como um centro de logística regional, além de servir à China este propósito também; implicando em um país catalizador das relações econômica na região. (GOURILLEC, 2018; MARAIS; LABUCHAGNE, 2019; NANTULYA, 2019). Tais relações diplomáticas, fortalecidas no governo Guelleh, podem ser inseridas como vantajosas quando mensurados os resultados da CSS voltadas ao continente Africano, colocando-a como preferencial à CNS; uma vez que os interesses das grandes nações ocidentais estão pautados, em sua maioria, nas questões militares. Este foi um dos aspectos que leva ao estabelecimento da China como principal parceiro comercial do Djibouti; e neste sentido, a RPC se estabelece como uma peça-chave para os interesses do governo djibutiano e para as empresas e instituições financeiras chinesas. (FERRAS, 2020; IDLE; LASSERRE, 2021).

O ingresso da República do Djibouti na Iniciativa do Cinturão e Rota mostra a estratégia no Leste Africano do fortalecimento de Pequim como o principal provedor de segurança e estabilidade econômica das rotas marítimas que lá existem. (IDLE; LASSERRE, 2021). Além disso, “através da realização de múltiplos projetos em Djibuti, a China pretende transformar o pequeno Estado em seu braço comercial na África e

---

<sup>34</sup> Localizado no Egito, o Canal de Suez foi construído pela França e está em operação desde 1896. Foi construído com o intuito de diminuir a distância marítima entre os países europeus e os oceanos Índico e Leste do Pacífico. Segundo dados, possui 193 quilômetros de extensão. (SANTOS et al., 2021; SILVEIRA, 2020).

<sup>35</sup> Localizada no estreito de Bab el-Mandeb, o governo chinês busca neutralizar as ameaças presentes na região, como também a segurança da Rota Marítima da Seda do Século XXI; estabelecendo uma logística no Djibouti de apoio às unidades navais já presentes na região do Corno da África. (ORION, 2016).

<sup>36</sup> Presidente diretamente eleito por maioria popular absoluta, estando no poder desde 08 de maio de 1999. De acordo com dados coletados no World Factbook, o país possui estabilidade política desde a sua independência em 1977. (THE WORLD FACTBOOK, 2021).

fazer de seu território uma plataforma de transbordo para o comércio China-África.” (LE BELZIC, 2016 apud IDLE; LASSERRE, 2021, p. 25 traduções própria).

Essa abordagem é utilizada pelo governo chinês, pois é através das ferrovias e dos portos djibutianos que o maior contingente de importações e exportações de bens e produtos entre a China e o Leste Africano ocorrem. Daí a importância para a Pequim em investir na infraestrutura do país, e a partir disso, o governo djibutiano vê a possibilidade de se desenvolver no âmbito terrestre e marítimo. (ORION, 2016; MOURAD; HÉBRARD, 2019 apud IDLE; LASSERRE, 2021).

Dessa forma, os massivos investimentos que a China efetua no Djibouti são retribuídos pela permissão à Pequim em instalar-se militarmente em território djibutiano e utilizar-se de sua localização estratégica para a proteção dos interesses estratégicos do governo de Xi Jinping. Assim sendo, os investimentos nos portos e ferrovias do Djibouti favorece o comércio de Pequim com o continente africano, mas também estabelece tal nação como um importante acesso de entrada e saída de fluxos comerciais. (ORION, 2016; WANG, 2018 apud ALMEIDA, 2019).

Segundo Orion (2016), esta base deve ser vista um instrumento chinês de amparo as suas ambições nacionais e globais, e inserindo como uma estrutura estratégica de manutenção da paz e busca pelo desenvolvimento; a fim de promover uma estabilidade econômica global por meio da proteção de suas rotas marítimas contra a pirataria e atos terroristas, assegurando o transporte seguro de insumos energéticos e matérias primas, essencial à China e sua ascensão. Desse modo, a RPC visualiza na República do Djibouti uma estrutura de força militar marítima que se enquadra nos moldes e interesses desenvolvimentistas da nação asiática. (ORION, 2016; ALMEIDA, 2019).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em vista disso, conclui-se que a República Popular da China se instaura nesta região como uma potência desenvolvida que utiliza a CSS como uma plataforma para conquistar os seus interesses a nível global. Para além de um parceiro econômico e financeiro, se insere como um ator de peso na região. No caso do Djibouti, sua estratégia de cooperação esta pautada na localização estratégica que este país possui na rota do Canal de Suez, sendo este de extrema importância para a consolidação e expansão do projeto da BRI e da “Grande China” propostos por Xi Jinping, por meio de políticas estruturadas em um desenvolvimento pacífico. Ao meu ver, o caráter pacífico nestas relações se confirma, uma vez que a instalação de uma base militar chinesa em solo djibutiano não visa um caráter ofensivo, e sim de proteção marítima regional, uma demonstração de poder perante as demais bases estrangeiras lá localizadas. Baseado nas leituras efetuadas, não há evidências de que esta base e as forças militares presentes se insiram como um instrumento ofensivo, para além das questões e segurança.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Elder João M. P. C. de. **A Nova Rota da Seda e a Expansão Marítima da República Popular da China (2013-2019)**. 2019. Dissertação (Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da

Universidade Nova de Lisboa, [S. l.], 2019. Disponível em:  
[https://run.unl.pt/bitstream/10362/101132/1/Helder\\_Almeida\\_48900\\_DCPRI.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/101132/1/Helder_Almeida_48900_DCPRI.pdf).  
Acesso em: 8 maio 2021.

CARRIÇO, A. Grande Estratégia e o sonho da China de Xi Jinping. **Relações Internacionais**, n.38, p.23-33, jun.2013. Disponível em:  
<[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S164591992013000200003&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164591992013000200003&lng=pt&tlng=pt).> Acesso em: 20 out. 2020.

CHINA, P.R. **White Paper on China's Peaceful Development**. Pequim, 06 set. 2011. Disponível em: <http://saopaulo.china-consulate.org/pl/xwdt/t855996.htm>. Acesso em: 23 set. 2020.

CHINA, P.R. **China's International Development Cooperation in the New Era**. Pequim, 10 jan. 2021. Disponível em:  
[http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/202101/10/content\\_WS5ffa6bbbc6d0f72576943922.html](http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/202101/10/content_WS5ffa6bbbc6d0f72576943922.html). Acesso em: 14 mar. 2021.

FERRAS, Patrick. As lições retiradas da chegada da China à República do Jibuti. **Relações Internacionais**, Portugal, n. 65, p. 87-101, mar. 2020. Disponível em:  
[http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri65/RI\\_65\\_art07\\_PF.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri65/RI_65_art07_PF.pdf). Acesso em: 15 maio 2021.

GOURIELLEC, Sonia Le. Chine, Éthiopie, Djibouti: un triumvirat pour la Corne de l'Afrique?. **Études internationales**, [s. l.], v. 49, n. 3, p. 523-546, 2018. Disponível em:  
<https://www.erudit.org/fr/revues/ei/2018-v49-n3-ei04602/1059934ar.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

IDLE, Djama Omar; LASSERRE, Frédéric. **Chine-Djibouti: l'émergence des relations multidimensionnelles**. 4. ed. Quebec: Conseil québécois d'Études géopolitiques, fev. 2021. Disponível em:  
[https://corpus.ulaval.ca/jspui/bitstream/20.500.11794/68260/1/%c3%89tudes%20CQEG%204%20Djibouti\\_final.pdf](https://corpus.ulaval.ca/jspui/bitstream/20.500.11794/68260/1/%c3%89tudes%20CQEG%204%20Djibouti_final.pdf). Acesso em: 1 maio 2021.

MARAIS, Hannah; LABUSCHAGNE, Jean-Pierre. **If you want to prosper, consider building roads**. Deloitte, 22 mar. 2019. Disponível em:  
<https://www2.deloitte.com/us/en/insights/industry/public-sector/china-investment-africa-infrastructure-development.html/#endnote-sup-15>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MENDES, C. A. China e a Cooperação Sul-Sul. **Relações Internacionais**. 2010, n.26, pp.39-46.

MILANI, C. R. S; CARVALHO, T. C. O. Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano. **Estudos Internacionais: Revista De relações Internacionais Da PUC Minas**, [s. l.], v. 1, ed. 1, p. 11-35, 2013. Disponível em:  
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/5158>. Acesso em: 23 set. 2020.

NANTULYA, Paul. **Implications for Africa from China's One Belt One Road Strategy**. Washington, 22 mar. 2019. Disponível em:  
<https://africacenter.org/spotlight/implications-for-africa-china-one-belt-one-road-strategy/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

NASCIMENTO, Lucas Gualberto do; MAYNETTO, Monica Esmeralda Bruckmann. One Belt, One Road: a iniciativa chinesa de infraestrutura e a sua repercussão no brics. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 8, n. 1, p. 117-141, 2 mai. 2019. Faculdade de Filosofia e Ciências. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/7776>. Acesso em: 21 mar. 2021.

ODGAARD, Liselotte. China's policy on development and security in east Africa. **Scientia Militaria: South African Journal of Military Studies**, [s. l.], v. 46, n. 2, p. 78-93, 20 fev. 2018. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/smsajms/article/view/183735>. Acesso em: 30 abr. 2021.

ORION, Assaf. **The Dragon's Tail at the Horn of Africa: A Chinese Military Logistics Facility in Djibouti**. 791. ed. Israel, 1 fev. 2016. Disponível em: <https://www.inss.org.il/publication/the-dragons-tail-at-the-horn-of-africa-a-chinese-military-logistics-facility-in-djibouti/>. Acesso em: 15 maio 2021.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves do. A China, o Sistema Internacional e o Sul: ascensão pacífica?. **Brazilian Journal of International Relations**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 31-69, 24 abr. 2014. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/3549>. Acesso em: 14 mar. 2021.

PIRES, M. C. Desenvolvimento Pacífico Chinês frente à estratégia de “um século americano no Pacífico”. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 2, n. 3, p. 463-482, Set./Dez. 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115039/ISSN22377743-2013-02-03-463-462.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 set. 2020.

SANTOS, Kethelyn; LIMA, Enrique; MORAIS, Magaly; LAGOSTA, Pedro; FRANCISCO, Flavio. **A importância econômica do Canal de Suez e uma breve história do engajamento egípcio**. [S. l.], 10 abr. 2021. Disponível em: <https://opeb.org/2021/04/09/a-importancia-economica-do-canal-de-suez-e-uma-breve-historia-do-engajamento-egipcio/>. Acesso em: 15 maio 2021.

SILVEIRA, Daniela Alcantara da. Os interesses da China e sua presença estratégica no Djibouti. In: SILVEIRA, Daniela Alcantara da. **A influência das grandes potências na África: As ações da China em Djibuti (2008-2019), sob os enfoques das Teorias Realista e Liberal**. 2020. Dissertação (Conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2020. p. 29-42. Disponível em: [https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/CEMOS\\_040\\_MONO\\_CC\\_IM\\_DANIELA\\_0.pdf](https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/CEMOS_040_MONO_CC_IM_DANIELA_0.pdf). Acesso em: 16 maio 2021.

THE WORLD FACTBOOK, **Djibouti**. [S. l.], 5 maio 2021. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/djibouti/>. Acesso em: 8 maio 2021.

YI, Wang. **Forge Ahead under the Guidance of General Secretary Xi Jinping's Thought on Diplomacy**. Pequim, 1 set. 2017. Disponível em: [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjb\\_663304/wjbz\\_663308/2461\\_663310/t1489143.shtm](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/wjbz_663308/2461_663310/t1489143.shtm). Acesso em: 14 mar. 2021.

## AFRICA NO COMBATE À COVID -19

Laurindo Paulo Ribeiro Tchinama<sup>37</sup>

Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (UNESP), Brasil

laurindoprt@gmail.com

### Resumo

O artigo apresenta um panorama das medidas políticas e sanitárias implementadas pelos Estados africanos no enfrentamento da covid-19 desde a descoberta do primeiro caso no continente. A partir de estudo qualitativa da literatura sobre saúde global e pandemia, afere-se que o histórico e experiências africanas no combate de enfermidades anteriores permitiu respostas de forma unilateral e multilateralmente.

**Palavras chaves:** África. Covid-19. CDC África.

### Abstract

The article provides an overview of the political and health actions implemented by African states in the fight against covid-19 since the first case was discovered in the continent. Based on a qualitative study of the literature on global health and pandemics, we conclude that Africa's history and experiences in combating previous diseases have allowed for unilateral and multilateral responses.

**Keywords:** Africa. Covid-19. CDC Africa.

### Contextualização

O continente africano é comumente conhecido pelo subdesenvolvimento, pobreza, fome e principalmente pelas guerras civis que de alguma forma ainda afetam alguns Estados. Assim, é vulgar apontar que a resolução das questões africanas depende em grande medida de ajuda externa dos organismos internacionais, entidades filantrópicas, doadores, Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGI), principalmente no que concerne as questões sanitárias e humanitárias.

No contexto da pandemia da covid-19 ficou patente a ideia de que a sua propagação do vírus na África seria catastrófica. Surpreendentemente, a África tem apresentado reduzidas taxas de mortalidade e de casos desde declaração oficial da

---

<sup>37</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (Unesp, Unicamp, PUC-SP). Pesquisador do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e bolsista pela CAPES.

Organização Mundial da Saúde (OMS) da covid-19 como pandemia. Diferente do que se tem visto na análise da política internacional africana, assistiu-se à adoção massiva de parcerias, cooperações e ações conjuntas entre os Estados africanos desde o registro do primeiro caso no continente, em fevereiro de 2020, no Egito. Apesar das poucas informações sobre seu comportamento e formas de tratamentos da covid-19, foi possível tomar os primeiros cuidados básicos e os dados mais recentes apontam que hoje há um total de 8,549,672 casos, 220,378 mortos e um total de 7,966,552 recuperados da covid-19 (CDC África, 2021).

Assim, argumentamos que esses dados são reflexos da vasta experiência e histórico do continente no enfrentamento doenças epidêmicas, como, por exemplo, a HIV, ebola, malária, tubérculos, dentre outros, bem como da tomada de atitude dos Estados com suporte União Africana (UA) e do Centro de Controle de Doenças (CDC<sup>38</sup>, em inglês) de África, que, mediante parcerias internacionais e regionais que tem disponibilizado e preparado os profissionais locais (KAVANAGH *et al.*, 2020). Além disso, iniciativas intraestatais evidenciam que as lições passadas foram preponderantes para preparação dos países em caso de surtos de doenças infectuosas.

Dessa forma, nos propomos apresentar um panorama das medidas políticas e sanitárias praticadas pelos Estados africanos mapeando as iniciativas adotadas após a descoberta do primeiro caso na região. Destacamos algumas ações basilares no âmbito internacional, regional e domésticos.

### **Política internacional e Saúde global**

Os estudos sobre a saúde global vêm se destacando na agenda da política internacional desde a década dos anos 1990 e na literatura das Relações Internacionais. Sua difusão ocorreu quando a saúde foi considerada ameaça para a população mundial sendo inserida nos assuntos de segurança internacional, ou seja, se tornou um assunto securitizado (VENTURA, 2016; BARBARA FROSSARD PAGOTTO, 2016). Dessa forma Ventura (2016), o tema chamou atenção dos tomadores de decisões dos Estados, em particular das grandes potências, que, em nome da saúde global e segurança internacional, percebe que as enfermidades internacionais são os novos inimigos a serem eliminados. Assim, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) emitiu resoluções para intervenções internacionais sanitárias. Nesse sentido, Ventura (2016)

---

<sup>38</sup> Do original “Africa Centres for Disease Control and Prevention”. Doravante no utilizaremos a sigla CDC Africa para nos referirmos ao centro.

lembra que boa parte das intervenções sanitárias internacionais tiveram como destino o continente africano. Como, por exemplo, a Missão das Nações Unidas para a Ação de Urgência Contra o Ebola (MINAUCE), em 2014.

A OMS é a instituição habilitada para declarar os estados de emergências internacionais. Dentre as responsabilidades da OMS estão o estabelecimento do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) que determina a instauração de uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) para alerta a comunidade internacional. A ESPII visa discutir as medidas a serem seguidas pelos Estados no âmbito da saúde global coordenadamente visando conter a propagação internacional de uma determinada enfermidade, principalmente nos casos pandêmicos (VENTURA; AITH; RACHED (2020). As autoras lembram que desde a sua criação, o RSI já emitiu seis ESPII, sendo elas a da gripe A (H1N1) (2009), poliomielite (em curso) (2014), Ebola (2014), associação entre Zika vírus e malformações (2016), Ebola (em curso) (2019) e a da pandemia da covid-19 (2020), respectivamente. A título de exemplo, quando o caso do ebola foi decretado como ESPII, alguns países ocidentais recusavam entrada de africanos mesmo não sendo considerado uma pandemia, nas palavras de Ventura (2016, p. 2) percebeu-se o “desrespeito à recomendação da OMS de não restringir o tráfego de pessoas [...] Episódios de discriminação de migrantes africanos foram relatados em diversos países.”

Em síntese, entende-se que a resolução de uma ESPII depende dos esforços de coordenação conjunta internacional considerando o poder de propagação da doença, independentemente da região.

### **Covid-19 na África e as medidas de enfrentamento**

Na observação de Umvilighozo *et al.* (2020) e Lucero-Prisno, Adebisi e Lin, (2020), a preocupação com a pandemia da Covid 19 começou antes do registro do primeiro caso no continente. Os Estados realizaram campanhas de conscientização e informação da população acerca do novo coronavírus, especialmente na região da África Subsaariana. Esses fatores mobilizadores substanciais espelhou a capacidade de reação dos Estados na tomada de decisão e “[...] esforços na prevenção, identificação precoce de novas infecções e mitigação da disseminação em massa do vírus, rastreando rapidamente os contatos de casos com base nas informações disponíveis” (UMVILIGIHOZO *et al.*, 2020, p. 5). Como resultado, foram tomadas medidas farmacêuticas e não farmacêuticas conforme as condições de cada país.

As farmacêuticas se inserem nas políticas emergencial para no âmbito do isolamento social, fechamento de instituições escolares, proibição de eventos sociais e a redução de número de funcionários nas empresas e adoção do trabalho home office. O Ruanda, por exemplo, adotou o lockdown e distribuiu alimento para as famílias mais vulneráveis e se apropriou do seu sistema de saúde; A Etiópia bloqueou as fronteiras e adiou as eleições no país, e a Nigéria fechou as zonas fronteiriças e instaurou um Comitê de Sustentabilidade Econômico para responder às demandas da covid-19 (BLANTON et al., 2020; KAVANAGH et al., 2020; ONYISHI et al., 2020).

Quanto as medidas farmacêuticas são relacionadas a questões sanitárias como capacidades de testagem, condições domésticas e do seu sistema de saúde pública. A África do Sul, Marrocos e a Argélia registraram o maior número de casos devido à competência e condições locais de infraestruturas para testagem (KAVANAGH et al., 2020; SUN et al., 2020). Na análise de Sun et al., (2020), maior parte dos casos detectados no Marrocos, Argélia, África do Sul, Egito, Tunísia e Nigéria foram oriundos da Europa e América resultado do fluxo migratório por estes países serem pontos de conexões de voos internacionais.

Ressalta-se que no início da pandemia o continente africano tinha apenas dois laboratórios de testagem da covid 19, porém com a expansão do vírus, o número laboratório subiu e atualmente 50 dos 54 países têm laboratórios próprios elevando a capacidade de testagem para 6,4 milhões de teste realizados com suporte do CDC África (WHO, 2020; ÁFRICA, 2020). O apoio do CDC África possibilitou a realização de cerca de 35 casos de sequenciamento da SARS-CoV-2. Contudo, a testagem ainda é a melhor estratégia para controlar a expansão da pandemia nas sociedades africanas enquanto os países aguardam pela produção e distribuição de vacina.

Em termos regionais e institucionais, distingue-se o papel desempenhado pelo CDC África. É a instituição reguladora da saúde no continente atuando através de comitês ou centros de controle espalhados nas diversas regiões. O centro tem a tarefa de fortalecer e capacitar das instituições públicas de saúde africanas na detenção, prevenção, controle para fornecerem respostas rápidas e eficientes às ameaças e surtos de doenças no continente (AFRICA CDC, 2020).

Em caráter emergencial, foi criada a Estratégia Conjunta África Continental sobre covid-19 para apoiar na aquisição e distribuição de equipamentos e suprimentos médicos, mitigar os impactos sociais, econômicos, humanitários e aumentar a capacidade do CDC (AFRICAN UNION, 2020). Além disso, o CDC africano criou o Grupo de trabalho Africano para o Novo Coronavírus (AFCOR, em inglês) que atua na

coordenação e preparação dos Estados por reuniões semanais para atualizações diárias das informações e pensar em estratégias, mecanismo e realizar trocas de experiências interinstitucionais de enfrentamento no combate a pandemia. Essas instituições são evidências da existência de infraestruturas no gerenciamento sanitárias, pois, elas permitem desconstruir a imagem da África e mostrar haver um processo de evolução e desenvolvimento que o mundo precisa reconhecer e acompanhar (BLANTON ET AL., 2020). Contudo, afere-se que há mecanismos locais e regionais disponíveis que auxiliam os Estados no combate apesar dos desafios ainda prevalentes.

### **Desafios e Soluções no combate à covid-19**

Dentre os desafios dos países no combate à covid-19 estão: a densidade populacional, que embora apresente uma vantagem na redução da transmissão por ter a população majoritariamente jovem, com idade média de 19 anos; a informalidade da economia; falta de condições das instituições pública de saúde (AYANLADE; RADENY, 2020; BLANTON ET AL., 2020; UMWILIGIHOZO ET AL., 2020). Por exemplo, em 2020, no auge da pandemia, o Malawi contava apenas com 25 leitos de UTI para atender a população (KAVANAGH et al., 2020). Outro desafio é a dependência da importação de produtos manufaturados. Conforme Lone e Ahmad (2020), o fechamento das fronteiras na pandemia deve servir de lição para os países repensarem suas estratégias e políticas econômicas em tempo de crise.

Duas possíveis soluções chamam atenção: a intensificação da testagem e a compra de vacinas. Embora alguns países tenham começado a vacinação, como a Guiné Conacri, Marrocos, Maurícias, África do Sul e a Ilha Seychelles (SCHLEIN, 2021; NEWS, 2020), nota-se os países desenvolvidos têm realizados contratos exacerbados com as principais fabricantes graças ao seu poder econômico (NEWS, 2020; BOUM ET AL., 2021). Em assuntos de saúde global, os países africanos continuam na retaguarda das soluções em relação aos demais países. É indispensável que se analise o comportamento das grandes potências mundiais no que concerne aos cortes de financiamento às atividades de pesquisa no âmbito da OMS, pois, segundo Alkhaldi et al., (2021), depender desses países é um risco para instituição porque nem sempre as prioridades destes estão em consonância com dos demais países.

### **Considerações finais**

Procurou-se apresentar um panorama das medidas políticas e sanitárias concretizadas pelos Estados africanos no enfrentamento da covid-19 e os resultados no

levam a considerar duas questões principais: a necessidade de se incrementar políticas socioeconômicas em África além das existentes, e refletir sobre o multilateralismo no continente em tempos de crise. Há necessidade de investimentos nos setores primários na maioria dos Estados.

Além disso, reconhece-se que os investimentos em cooperação e gestão das instituições públicas de saúde durante a pandemia têm sido fundamentais no combate a covid -19 em colaboração direta com os parceiros internacionais regional em especial pelo CDC África.

Nesse sentido, ainda que modesta, mais discussões sobre saúde global na África precisam de mais espaços nos temas e agenda das Relações Internacionais como uma forma de quebrar estereótipo de que os países africanos são incapazes de garantirem a sobrevivência das suas sociedades.

## **BIBLIOGRAFIA**

ÁFRICA, C. **Africa CDC: boletim trimestral do Centro de África para Controle e Prevenção de doenças**. Addis Ababa, Ethiopia: [s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.au.int/web/en/africacdc>. Acesso: 29 Jan. 2021.

AFRICA CDC. Home - Africa CDC. 29 Jan. 2020. Disponível em: <https://africacdc.org/> Acesso: 29 Jan. 2021.

AFRICAN UNION. Introduction | African Union. 29 Jan. 2020. Disponível em: <https://au.int/en/introduction>. Acesso: 29 Jan. 2021.

ALKHALDI, M.; JAMES, N.; CHATTU, V. K.; AHMED, S.; MEGHARI, H.; KAISER, K.; IJSSELMUIDEN, C.; TANNER, M. Rethinking and strengthening the Global Health Diplomacy through triangulated nexus between policy makers, scientists and the community in light of COVID-19 global crisis. **Global Health Research and Policy**, vol. 6, no. 1, 2021.

AYANLADE, A.; RADENY, M. COVID-19 and food security in Sub-Saharan Africa: implications of lockdown during agricultural planting seasons. **npj Science of Food**, vol. 4, no. 1, p. 1–6, 2020.

BARBARA FROSSARD PAGOTTO. **A saúde pública como tema de segurança internacional: O caso das negociações do novo regulamento Sanitário Internacional**. 2016. 90 f. Universidade de São Paulo, 2016.

BLANTON, R. E.; MOCK, N. B.; HIRUY, H. N.; SCHIEFFELIN, J. S.; DOUMBIA, S.; HAPPI, C.; SAMUELS, R. J.; OBERHELMAN, R. A. African resources and the promise of resilience against COVID-19. **American Journal of Tropical Medicine and Hygiene**, vol. 103, no. 2, p. 539–541, 2020.

BOUM, Y.; OUATTARA, A.; TORREELE, E.; OKONTA, C. How to ensure a needs-driven and community-centred vaccination strategy for COVID-19 in Africa. **BMJ Global Health**, vol. 6, no. 2, p. 5–7, 2021. <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2021-005306>.

BUZAN, B.; WÆVER, O.; DE WILDE, J. Introduction. Security Analysis: Conceptual Apparatus. - Security: A new framework for analysis. **A New Framework for Analysis**, p. 239, 1998.

E SILVA, C. C. V.; PEREIRA, A. E. The Theory of Securitization and Its Application in Articles Published in Scientific Journals. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 27, no. 69, 2019.

KAVANAGH, M. M.; ERONDU, N. A.; TOMORI, O.; DZAU, V. J.; OKIRO, E. A.; MALECHE, A.; ANIEBO, I. C.; RUGEGE, U.; HOLMES, C. B.; GOSTIN, L. O. Access to lifesaving medical resources for African countries: COVID-19 testing and response, ethics, and politics. **The Lancet**, vol. 395, no. 10238, p. 1735–1738, 2020.

LONE, S. A.; AHMAD, A. COVID-19 pandemic—an African perspective. **Emerging Microbes and Infections**, vol. 9, no. 1, p. 1300–1308, 2020.

LUCERO-PRISNO, D. E.; ADEBISI, Y. A.; LIN, X. Current efforts and challenges facing responses to 2019-nCoV in Africa. **Global Health Research and Policy**, vol. 5, no. 1, p. 20–22, 2020.

NEWS, O. OMS: África corre risco de ser esquecida na distribuição de vacinas contra Covid. ONU News. 25 Jan. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/01/1739412>. Acesso: 29 Jan. 2021.

ONYISHI, C. J.; EJIKE-ALIEJI, A. U. P.; AJAERO, C. K.; MBAEGBU, C. C.; EZEIBE, C. C.; ONYEBUEKE, V. U.; MBAH, P. O.; NZEADIBE, T. C. COVID-19 Pandemic and Informal Urban Governance in Africa: A Political Economy Perspective. **Journal of Asian and African Studies**, 2020.

SCHLEIN, L. COVID Fatigue Risks Sparking Surge of Infections in Africa | Voice of America - English. 28 Jan. 2021. Available at: <https://www.voanews.com/covid-19-pandemic/covid-fatigue-risks-sparking-surge-infections-africa>. Accessed on: 29 Jan. 2021.

SUN, H.; DICKENS, B. L.; COOK, A. R.; CLAPHAM, H. E. Importations of COVID-19 into African countries and risk of onward spread. **BMC Infectious Diseases**, , p. 1–13, 2020.

UMVILIGIHOZO, G.; MUPFUMI, L.; SONELA, N.; NAICKER, D.; OBUKU, E. A.; KOOFHETHILE, C.; MOGASHOA, T.; KAPAATA, A.; OMBATI, G.; MICHELO, C. M.; MAKOBU, K.; TODOWEDE, O.; BALINDA, S. N. Sub-Saharan Africa preparedness and response to the COVID-19 pandemic: A perspective of early career African scientists. **Wellcome Open Research**, vol. 5, p. 163, 2020.

VENTURA, DEISY; AITH, F. M. A.; RACHED, D. H. A emergência do novo coronavírus e a “lei de quarentena” no Brasil. **Anais da VI Jornada da Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia – Volume II**, vol. 12, p. 197–226, 2020.

VENTURA, D. de F. L. From Ebola to Zika: International emergencies and the securitization of global health. **Cadernos de saúde pública**, vol. 32, no. 4, p. 00033316, 2016.

WHO, R. O. F. A. Covid-19 na África: Áreas de resposta: quem Escritório Regional para a África. 29 Jan. 2020. Disponível em: <https://www.afro.who.int/covid-19-africa-response-areas>. Acesso: 29 Jan. 2021.

**ANÁLISE HISTÓRICA SOBRE A TRAJETÓRIA DE GRACIANO CASTELLARI,  
MISSIONÁRIO COMBONIANO EM MOÇAMBIQUE  
Experiências da descolonização (1976-1992)**

Tamires Sodré de Paula<sup>39</sup>

Universidade Federal de São Paulo- UNIFESP

**RESUMO**

Este artigo busca analisar, através do diário de missão do padre Graciano Castellari, sua trajetória na missão nos períodos de fim do colonialismo (1975) que influenciou para decisão de sua permanência em Moçambique mesmo no pós-independência (1975-1992), assim como os processos de continuidades e rupturas da situa o colonial na forma o dos Nacionalismos.

**Palavras-chaves:** Missões católicas, Moçambique, Descoloniza o.

Moçambique tornou-se independente de Portugal em 1975. No processo de ocupa o portuguesa o governo contou com missões cristãs para realizar a “missão civilizadora” para a popula o local e os colonos. Com independência, que se aproximou do modelo socialista da União Soviética, os bens da Igreja são nacionalizados e parte da institui o eclesiástica e popula o colona abandona o país. Presentes do diário de missão produzido pelo missionário católico Graciano Castellari (1931-2017), *Deboli tra deboli*: *Memórias de um Missionário em Moçambique, 1964-2005*,<sup>40</sup> estão as memórias de 41 anos em missão do padre Graciano Castellari, pertencente a uma ordem católica italiana, os Combonianos. O diário de missão<sup>41</sup> foi entregue a Nuno de Pinho Falcão e Patrícia Teixeira dos Santos, nos anos de 2012 e 2013 e publicado na forma do livro, com comentários e notas feitos pelos organizadores, ligados ao Centro de Estudos

---

<sup>39</sup> Este artigo é fruto do trabalho de conclusão de curso em história pela UNIFESP e se encontra disponível no repositório de monografias da UNIFESP. Repositório:

<https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/60355>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9988301944652815>

<sup>40</sup> SANTOS, Patricia Teixeira; FALCÃO, Nuno de Pinho (Ed.). **Graciano Castellari: "deboli tra deboli". Memórias de um missionário em Moçambique, 1964-2005**, CEAUP, 2015.

<sup>41</sup> Diário de missão constitui-se no relato longo e sistematizado das intera es pessoais e pastorais de um missionário que deve ser reportada a Congrega o ou Ordem Religiosa que o mesmo pertence.

No caso, Padre Castellari confiou a obra a uma publica o acad mica.

Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), entidade que desde 1997 se dedica aos estudos africanos.

É o século XIX que se tem a expansão das missões em África e centralização da Igreja católica na figura do Papa e em Roma, quase um século antes da formação dos Missionários Combonianos, missão inspirada em São Daniel Comboni<sup>42</sup>. Devolvidas apenas em 1937, à prelazia de Moçambique, com sede em Lourenço Marques<sup>43</sup>, até então a hierarquia colonial de Moçambique tinha como pontífice maior um cardeal responsável pela única *prelazia Nullius* cuja sede ficava localizada em Lourenço Marques e como sufragânea de Goa. Fora criado então a arquidiocese Lourenço Marques e governadas pelas ordens seculares, as dioceses da Beira e Nampula.<sup>6</sup> Ao estado cabia oferecer as verbas para manter os missionários enquanto a educação da população ficava sob a responsabilidade dos religiosos.<sup>44</sup>

A ação comboniana em Moçambique se inicia em 1946, partindo da diocese de Nampula e tendo como objetivo catequizar a população Macua, situada no norte de Moçambique, no Governo de Salazar, a partir do Acordo Missionário de 1940.<sup>8</sup> Essa área é historicamente associada a forte presença islâmica na região.

Baritussio acusa, neste período, existir dois perfis de igreja, uma portuguesa de dogmas coloniais. E outra, constituída principalmente de missões internacionais, cujos dogmas consistiam em se preocupar com a formação da “África pela África”, uma das ações

foi, por exemplo, a realização de dicionários em línguas locais.<sup>45</sup>

A partir de 1933, com o advento do Estado Novo, designou-se uma “nova orgânica” para distribuir os poderes políticos na colônia às regiões conquistadas. Os régulos, funcionários do posto administrativo das áreas conquistadas, poderiam escolher um conselho de anciãos para auxiliar em suas funções.<sup>46</sup> P. Castellari relata o

---

<sup>42</sup> Dom Comboni foi beatificado pela Igreja Católica no ano de 1996. SANTOS, 2002, p. 25.

<sup>43</sup> BARITUSSIO.

1997. p.57 <sup>6</sup> IBIDEM.

p. 43.

<sup>44</sup> SANTOS, FALCÃO,

2015. p. 34 <sup>8</sup> IBIDEM. p.27.

<sup>45</sup> BARITUSSIO, 1997. p.151.

<sup>46</sup> CABAÇO,207, 103/104

momento em que, para participar das circuncisões, dialoga com a liderança local, os “régulos e mahumus”.

Para preparar, discutiu-se muito com os catequistas-professores e depois entrámos em ação: a primeira coisa era dialogar com as autoridades tradicionais: régulos e mahumus. Os ritos realizados pela missão não podiam ser impostos, mas uma escolha dos pais em acordo com as suas autoridades tradicionais. (SANTOS, FALCÃO, 2015, p. 38)

Os “mahumus” pode ser entendido então como o conselho de anciãos escolhido pelo régulo, que por sua vez é submetido a autoridade do chefe de posto, seguindo a hierarquia da administração colonial. Os régulos passaram a ser acusados de associação com o governo Portugues, porém há casos de fugas destes para países vizinhos, confronto com o sistema colonial e até mesmo preocupação com a população resultando na melhora de vida.<sup>47</sup>

A relação com as tradições, foi manifestada pelo interesse na iniciação dos jovens.

<sup>48</sup>Os combonianos realizavam a missa em Macua:

“Para um acordo geral sobre as traduções e sobre a ortografia dos textos de língua macua tivemos uma semana de estudo sobre traduções bíblicas, em Janeiro de 1973, promovida pelo Centro Catequético do Anchilo e dirigida por pastores e tradutores protestantes e dois especialistas da África do Sul. Foi dada informação e explicação da tradução “dinâmica” e foram concordadas as ortografias da língua macua e da língua elomwe. Também foi decidida a tradução completa da Bíblia para a língua makua. (SANTOS, FALCÃO, 2015, p.50)

Mas a língua portuguesa, língua oficial do estado, detinha importância e mesmo após a independência, em algumas comunidades, era a língua escolhida nas celebrações.<sup>49</sup>

Foi durante esse período que os combonianos decidiram realizar parte do processo iniciatório do povo Macua: A circuncisão. Assim, aponta para a necessidade de independência do jugo colonial, denunciando as práticas racista deste. Tal aspecto relata a importância da presença missionária.

Os régulos teriam organizado os ‘seus’ campos e a missão os seus. Com o Prof. Tiago e os professores locais, encontrámo-nos em cada regulado

---

<sup>47</sup> MENESES, 2009, p. 22

<sup>48</sup> Grifo do autor. CABAÇO, p. 106

<sup>49</sup> IBIDEM, p. 50

com o conselho dos anciãos (mahumu). Os professores (e eu também, porque os alunos da sede tinham-me fornecido uma boa bagagem), perguntavam as principais passagens essenciais implementadas nos ritos. Seguiam-se longas discussões e esclarecimentos, porque era a primeira vez que a missão ia organizar ritos e sobretudo realizá-los em diálogo, não em contraposição.

Deixando os campos organizados pelos régulos, discutia-se com eles o programa: o que aceitávamos e o que não achávamos conveniente. Também o preço a ser aplicado era discutido naquela reunião: naturalmente o nosso era globalmente mais barato e este era o ponto fraco que aliciava os pais. Para mim foi uma verdadeira escola de respeito, de diálogo e um aprofundamento do que me tinham ensinado os alunos. **Começámos na sede da missão e passámos pelos vários regulados que aceitaram.** Ouve logo uma discussão com o enfermeiro. Tratava-se do tipo de operação, total ou simbólica. O enfermeiro explicou as vantagens da total e disse-se pronto a colaborar só nesta modalidade. Não ficaram muito convencidos, mas naquele momento aceitaram. Porém noutros anos continuaram com a parcial. (SANTOS, FALCÃO, 2015, p. 106)

Compreende-se que não tratou apenas em tolerar a iniciação, a missão buscou também se inserir na iniciação dos jovens como alternativa à iniciação tradicional. Outro fator de aproximação com a população local foi o processo de levar o ensino de português/ Macua para a população nativa no norte de Moçambique, através da tradução da Bíblia para o Macua fez com que se criasse uma rede de sociabilização e controle dos corpos. Para ser admitido nas escolas dominicais, o aluno deveria seguir regras rígidas. Os centros devocionais, construídos pelos missionários, erguia-se as casas dos padres longe da casa das irmãs, e quanto a regras sociais, está por exemplo, o isolamento das internas do sexo feminino dos seus noivos.

A relação entre o governo Português e as autoridades tradicionais é de extrema complexidade. Em 1940 com a intensificação da exploração colonial teve como consequência a elaboração do “projeto do código criminal dos indígenas”, que consistia na criminalização de casos de “curandeirismo e feitiçaria”.<sup>50</sup> A grande preocupação eclesial entre 1960 a 1967 era sobre os batizados e a conversão de jovens através dos professores/ catequistas. As escolas funcionavam em regime de internato que exigia cerca de quatro semanas de permanência.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> Trata-se dos processos contra sacerdotes Tinyanga. MENESES, 2014, p. 39.

<sup>51</sup> BARITUSSIO, 2015, p 166.

A relação de admiração dos combonianos com D. Sebastião Soares de Resende, Bispo da Beira, e apoio. Nos anos finais do colonialismo acirram-se as relações entre o governo e seus opositores. Em dezembro de 1964 o jornal Diário de Moçambique chegou a ser temporariamente suspenso por declaração de Resende sobre ações terroristas e arbitragem por parte do governo.<sup>52</sup>

Segundo Baritussio(2015, p.173) além do movimento de guerrilha com a divisão política no âmbito civil da sociedade Moçambicana, havia também os próprios conflitos internos que dividia a igreja: “ a conferência episcopal e uma grande fatia da Igreja local filogovernativa por um lado, e, por outro, os missionários estrangeiros, D. Vieira Pinto e não poucos corajosos padres e missionários portugueses”. Elegendo, assim, o fato que marcou a divisão do clero português de um lado e os missionários estrangeiros do outro:

A saída dos Padres Brancos em 1971 e o documento *Um imperativo de consciência* de 1974, escrito pelos Missionários Combonianos, justamente com o seu Bispo, com a consequente expulsão do Bispo e de alguns deles.(BARITUSSIO, 2015, p. 173)

O *imperativo da consciência* e a expulsão do Bispo, do padre Castellari, juntamente com outros religiosos são considerados, por Baritussio(2015), motivos que provam a participação dos missionários combonianos na luta anti colonialista, associando-os aos padres da Missão Suíça. No entanto para Cabaço (2009), Zamparoni(1998), Thomaz(2006), Macagno(1996), no tocante a relação entre igreja e estado houve uma estreita relação entre igreja e estado português. Nos últimos anos de colonialismo português houve a intensificação das relações entre colonos e colonizados. Se por um lado a PIDE intensificava sua atuação, por outro casos de descontentamento com a colonização começou a aparecer também em Lourenço Marques, centro do governo Portugues em Moçambique, eclodindo após a independência.

Em Moçambique, grande parte da materialidade e monumentos da Igreja e das missões, assim como outras instituições privadas, foram nacionalizadas pela FRELIMO após a independência de 1975. Houve com isso um abandono em massa de brancos e portugueses de Moçambique levando consigo, boa parte da população que tinha até então acesso à educação.(CABAÇO, 2009) Os missionários que decidiram continuar em Moçambique estavam sob o controle do Estado e realizavam principalmente funções educacionais e de enfermagem (principalmente as missionárias mulheres). Se durante

---

<sup>52</sup> BARITUSSIO, 2015, p 161..

o colonialismo os alunos da missão eram vistos como “Anasikola” e não tinham valor para a sociedade, após a independência estes catequistas passaram a integrar o corpo docente das escolas que foram criadas pela FRELIMO.<sup>53</sup>

Durante todo o governo da FRELIMO houve a desconfiança com os estrangeiros. Os brancos, indianos e mestiços nativos eram desobrigados de prestar o serviço militar obrigatório. O governo tinha como propaganda que estas minorias poderiam agir como “potenciais traidores do corpo nacional”. Durante a abertura política este argumento foi utilizado por seus opositores de uma ação antinacionalista uma vez que excluiria umaparcela da população.<sup>54</sup>

Notamos como a partir dos anos 60 evidenciaram uma série de ações, e contrariedades, das ações da igreja contra o poder colonial, em uma sociedade onde predominava o racismo, que apesar de “o politicamente correto” era evitar as designações do passado nas relações com os outros grupos racialmente definidos. Mas eles permaneceram na linguagem interna dos diferentes grupos até a independência de Moçambique”.<sup>19</sup> Ainda permanecia noções como civilizado e não civilizado, conceitos usados para a segregação de indivíduos e grupos na sociedade. Com o trato à obra de Castellari poderemos realizar as ações deste indivíduo participante da sociedade, observando as questões sociais da época, assim como, o racismo e assimilacionismo e sua relação com a educação Moçambicana.

## **BIBLIOGRAFIA**

ARMANDO, Hassane. **Tempos de fúria. Memórias do Massacre de Homoíne, 18 de Julho de 1987**, Edições Colibri, 2018.

BARITUSSIO, Arnaldo. **Moçambique 50 anos de presença dos missionários Combonianos**. Editora Missionari Comboniani Roma(MCR). 1997.

CABAÇO, José Luis de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em:< 10.11606/T.8.2007.tde-05122007-151059> Acesso em: 2 de fev. de 2021.

---

<sup>53</sup> SANTOS, FALCÃO, 2015, p. 60\61.

<sup>54</sup> THOMAZ, 2006, 252-268. <sup>19</sup> CABAÇO, 2009. p. 334.

FALCÃO, Nuno Pinho de. **Os Arquivos das Ordens e Congregações Religiosas do séc. XX português: fonte para a História da missão na África lusófona.** Revista Maracanan, n. 12, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/revmar.2015.17404>> Acesso em: 05 de fev. de 2021.

FIGUEIREDO, Isabela. **Caderno de Memórias Coloniais.** São Paulo: Editora Todavia, 2018.

GUERRA, Hector. **Formas de resistências cotidianas durante o colonialismo tardio em Moçambique.** Revista Anos 90. Vol 26, 2019, disponível em: < <http://10.22456/1983-201X.96555>>, acesso em: 01 de fev. de 2021.

LARANJEIRA, Lia Dias. **Migração makonde, produção de esculturas e mercado de arte no Tanganyika: a questão do estilo Shetani (1950-60).** Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 25, n. 2, p. 141-162, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02672017v25n02d06>> Acesso em: 05 jan. 2021.

MACAGNO, Lorenzo. **Os Livros de Momade: Islã e ‘Saber Local’ no Norte de Moçambique.** Revista Campos 5(1):31-51, 2004, disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/campos/article/download/1634/1376>>, Acesso em: 01 de fev. de 2021.

<\_\_\_\_\_. **Fragmentos de uma imaginação nacional.** Revista Brasileira de

Ciências Sociais, v. 24, n. 70, 2009, disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000200002>>, acesso em: 01 de fev. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Islã, transe e liminaridade.** REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2007, V. 50 Nº 1. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-77012007000100003>>, acesso em: 01 de jan. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Os paradoxos do assimilacionismo: “usos e costumes” do colonialismo português em Moçambique.** Dissertação UFRJ. 1996. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11422/10892>> Acesso em: 1 de fev. de 2021.

MENESES, Maria Paula. **Poderes, direitos e cidadania: O ‘retorno’ das autoridades tradicionais em Moçambique.** Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 87, p. 9-42, 2009. disponível em: <<https://doi.org/10.4000/rccs.1428>> Acesso em: 23 de jan. de 2021

MESQUIDA, Peri; PEROZA, Juliano; AKKARI, Abdeljalil. **A contribuição de Paulo Freire à educação na África: uma proposta de descolonização da escola.** Educação & Sociedade, v. 35, n. 126, p. 95-110, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000100006>>. Acesso em: 25 de Jan. de 2021.

PAREDES, Marçal de Meneses. **A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa.** Anos 90, v.

21, n. 40, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/1983-201X>> , acesso em: 05 de fev. de 2021.

PASSADOR, Luiz Henrique. **Guerrear, casar, pacificar, curar= o universo da" tradição" e a experiência com o HIV/Aids no distrito de Homoíne, Sul de Moçambique.** Campinas, SP, 2011, Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280719>> Acesso em: 01 fev. de 2021.

PEREIRA, Rui M. **Uma visão colonial do racismo.** Cadernos de estudos africanos, n. 9/10, p. 129-140, 2006, disponível em: <<https://doi.org/10.4000/cea.1228>> acesso em: 01 de fev. de 2021.

SANTANA, Jacimara Souza et al. **A experiência dos Tinyanga, médicos-sacerdotes, ao sul de Moçambique: identidades, culturas e relações de poder (C. 1937-1988).** 2014. Campinas SP. Tese de Doutorado. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281250>>. Acesso em: 24 de jan. de 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira.** In: Revista Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 5 (1-2), 1993. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ts.v5i1/2.84940>> Acesso em: 01 de jan. de 2021.

SANTOS, Patricia Teixeira; FALCÃO, Nuno de Pinho (Ed.). **Graciano Castellari: "debolitra deboli". Memórias de um missionário em Moçambique, 1964-2005,** CEAUP, 2015.

SANTOS, Patrícia Teixeira. **Dom Comboni, profeta da África e santo no Brasil.** Mauad Editora Ltda, 2002.

\_\_\_\_\_. **Fé, guerra e escravidão: uma história da conquista colonial do Sudão (1881-1898),** FAP-UNIFESP, 2013.

SILVA, Teresa Cruz. **Educação, identidades e consciência política: a missão suíça no Sul de Moçambique (1930-1975).** Lusotopie, v. 5, n. 1, p. 397-406, 1998. Disponível em: <[www.persee.fr/doc/luso\\_1257-0273\\_1998\\_num\\_5\\_1\\_1170](http://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1998_num_5_1_1170)> Acesso em: 10 de jan. de 2021.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **"Raça", nação e status: histórias de guerra e" relações raciais" em Moçambique.** Revista USP, n. 68, p. 252-268, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i68p252-26>> Acesso em: 29 de janeiro de 2021.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia.** UNESP, 2012.

ZAMPARONI, Valdemir. **Entre "narros" & "mulungos": colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques,** c. 1890-c. 1940. Diss. U de São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. **Monhés, baneanes, chinas e afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940.** Lusotopie, v. 7, n. 1, p. 191-222, 2000.

Disponível em <[www.persee.fr/doc/luso\\_1257-0273\\_2000\\_num\\_7\\_1\\_1370](http://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2000_num_7_1_1370)> Acesso em: 21 de jan. de 2021.

\_\_\_\_\_. **De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique.** Edufba, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16764>> Acesso em: 20 de jan. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Gênero e trabalho doméstico numa sociedade colonial: Lourenço Marques, Moçambique, c. 1900-1940.** Afro-Ásia, n. 23, p. 145-172, 1999. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77002305>> Acesso em: 05 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **O colonialismo e a criação de raças e identidades em lourenço Marques, Moçambique.** Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades, p. 147, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16764>> Acesso em: 10 de mar. de 2020.

**ENTREVISTA: "MISSÕES NO CONFLITO DE CABO DELGADO"**

Brunna Cianflone Reynals<sup>55</sup>

Universidade de Ribeirão Preto

brunna.reynals@sou.unaerp.edu.br

Júlia Martins De Lima<sup>56</sup>

Universidade de Ribeirão Preto

julia.lima@sou.unaerp.edu.br

**Resumo:** A entrevista com o Arcebispo Dom Luís, é de extrema relevância, pois o mesmo relata os acontecimentos da guerra em Moçambique, um país da África e os aspectos que resultaram no conflito, além de relatar pela primeira vez os sequestros das irmãs Inês e Maria, que permaneceram 24 dias no acampamento dos grupos insurgentes e as informações passadas para elas.

**Palavras chaves:** Moçambique, grupos insurgentes, igreja católica.

**Abstract:** The interview with the Archbishop Dom Luís is extremely relevant, as it reports the events related to the war in Mozambique, an african country, and the aspects that resulted in this conflict; in addition, it also reports for the first time about the kidnapping of the sisters Inês and Maria, who have been in the insurgent's camp for 24 for days, and the information that was given to them.

**Keywords:** Mozambique, insurgent groups, catholic church.

No dia 29 de abril de 2021, ocorreu a entrevista Missões no Conflito de Cabo Delgado com Dom Luís Fernando Lisboa, ex-bispo de Pemba em Moçambique e atual

---

<sup>55</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade de Ribeirão Preto.

<sup>56</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade de Ribeirão Preto.

arcebispo de Cachoeira de Itapemirim, a entrevista ocorreu por meio do V Colóquio de História da África: missão, agentes e sujeitos históricos. O objetivo da entrevista é evidenciar o relato / testemunho e a experiência de Dom Luiz Fernando Lisboa, os desafios de ser uma autoridade eclesial principalmente no conflito de Moçambique.

O Arcebispo Dom Luís inicia a entrevista destacando a importância da Igreja Católica se atualizar perante o mundo, ou seja, de diálogo com outras realidades. Ressaltando que o papel da igreja é transformar o mundo e que ela é universal, pois seus bispos e agentes são de diversas nacionalidades, sendo assim, ele destaca a importância das missões ad gentes que possibilitaram as missões e as diversidades de nacionalidades além das fronteiras.

Ademais, o Arcebispo discorre a respeito da sua experiência, que se iniciou como missionário em Moçambique, trabalhando oito anos e meio e retornando ao Brasil. Se preparando para retornar, o Papa Francisco o nomeou Bispo de Pemba, solicitando o retorno do Arcebispo Dom Luís a Moçambique com a missão de ajudar as pessoas, por meio da evangelização, ou seja, ajudar as pessoas a restaurar suas dignidades e exaltar a presença de Deus na realidade de cada um, demonstrando a possibilidade de um mundo diferente. Logo, o Arcebispo explica, que a evangelização das missões possui um papel amplo, com a assistência social, já que em diversos lugares que a igreja atua não é oferecida uma estrutura para a população com escolas, hospitais e alimentos, assim as missões atendem até certo ponto as demandas da população, pois entendem que não se prega para barriga vazia.

Adentrando nas questões de Moçambique o Arcebispo explica como o contexto foi se modificando com o aumento populacional nas cidades junto a falta de investimento na educação da população, pois em diversos locais até se tinha hospitais, escolas, porém não havia profissionais qualificados para atuarem nos locais citados. Dessa forma, ele afirma que a pobreza se intensificou e depois iniciou-se a guerra no dia 5 de outubro de 2017, piorando o contexto com o deslocamento da população a outros municípios, causando uma sobrecarga nos hospitais e escolas, além dessas estruturas das cidades que estavam em conflitos serem destruídas.

Relatando as questões da guerra, o Arcebispo destaca a província de Cabo Delgado<sup>57</sup>, como sendo uma das províncias que a guerra mais desestruturou, já que das

---

<sup>57</sup> A província de Cabo Delgado é uma subdivisão de Moçambique

17 cidades, nove delas estavam envolvidas na guerra. Além de pontuar que o conflito que está ocorrendo em Moçambique e Cabo Delgado não é religioso, pois as religiões possuem no geral uma boa convivência, tanto o cristianismo, as religiões tradicionais africanas e o islamismo. O Arcebispo afirma que os líderes das diferentes religiões tinham encontros, debates e atividades em conjunto, até mesmo durante o conflito. Sendo assim, considera que tentaram colocar como marca do conflito, a religião e a perseguição de um grupo aos outros.

Entretanto, ele afirma que esse não é o principal motivo, que há outros fatores que são mais evidentes como: a questão étnica, pois em Moçambique fala-se mais de 30 línguas, a pobreza, visto que, Moçambique é um dos 10 países mais pobres do mundo. Esse fator, faz com que jovens não tenham acesso aos estudos, trabalhos e a ascensão social, tornando-os vulneráveis a grupos extremistas que prometem dinheiro e oportunidades, em contrapartida as meninas são raptadas e usadas como parceiras sexuais, ficando a cargo das refeições e se tornando escudos para esses grupos. A questão econômica também é evidenciada pelo Arcebispo, dado que, Cabo Delgado é uma província rica em recursos naturais, reserva de gás, ouro, rubi e pedras semipreciosas, essas riquezas estão no território onde está ocorrendo o conflito.

No início do conflito o governo estava tentando esconder o que estava ocorrendo, principalmente no âmbito jornalístico, diversos jornalista foram presos, proibidos de trabalhar e processados como agentes insurgentes, em contrapartida, a igreja se pronunciou, por meio da figura do Arcebispo e pelo Papa Francisco, que em 2019 visitou Moçambique e se pronunciou em diversos discurso contra a guerra, reafirmando a importância do diálogo.

O Papa Francisco em 2020 ligou para o Arcebispo informando-o sobre a sua preocupação com o conflito, destacando que estava em oração pelo povo, imediatamente o Arcebispo convocou uma coletiva de imprensa e passou a posição do Papa, como consequência a guerra se internacionalizou e Cabo Delgado ganhou destaque. Após esse pronunciamento, deputados portugueses e a União Europeia debateram sobre a guerra, e foi convocado um debate no Parlamento europeu, no qual foi definido ajuda para Moçambique em relação a logística de materiais e ajuda humanitária para responder à crise. Contudo, esse processo de ajuda está sendo.

Após explicar o contexto da guerra e seus aspectos, o Arcebispo adentra no relato do sequestro das irmãs Inês e Maria, que trabalhavam em Mocímboa da Praia,

sendo responsáveis por uma escola, assim como trabalhavam com mulheres. O sequestro das irmãs ocorreu devido a um engano, pois elas abrigaram um funcionário que havia sido atingido por um tiro no pé, visto que, no mesmo dia houve um ataque dos grupos insurgentes em Mocimboa da Praia, assim as irmãs abrigaram o homem. Porém, os grupos insurgentes passaram em frente à casa das irmãs e viram marcas de botas e deduziram que elas estavam abrigando policiais, assim bateram na porta das irmãs e imediatamente elas solicitaram que as pessoas que estavam na casa fugissem, eram cerca de 60 pessoas entre idosos, crianças e famílias inteiras. Como elas estavam demorando para atender à porta, os insurgentes, armados de fuzil, entraram utilizando a força, porém, viram que não havia ninguém lá dentro, assim eles resolveram levar as irmãs que ficaram 24 dias sequestradas no acampamento do grupo insurgente, nenhum mal foi feito as irmãs e elas descobriram em uma das conversas com os jovens do grupo, que aparentemente tinha de 25 a 26 anos, estava sendo treinado desde os 10 aos 12 anos de idade. Eles acabaram contando muitas coisas para as irmãs, elas tiveram uma experiência de diálogos com o grupo de insurgentes.

O Arcebispo Dom Luís ocupa uma parte de sua entrevista para relatar de forma muito impactante a situação precária e desafiadora que as irmãs enfrentaram quando foram levadas aos acampamentos dos grupos insurgentes. De encontro com esse relato, Dom Luís menciona também o caso dos monges Beneditinos, que tiveram sua casa invadida e precisaram fugir para que ficassem seguros.

Ao longo de toda a sua fala, o Arcebispo coloca questões muito pertinentes em evidência; uma dessas questões é acerca do silêncio da mídia em relação à África. Ele menciona o quanto isso é profundamente triste, chocante e até, de certa forma, criminoso, já que na África há relatos constantes de tragédias, mortes, mas isso não parece ser motivo de consternação para o resto do mundo. Ele exemplifica ainda mais essa situação mencionando a questão das vacinas, já que em diversos países têm sobrados doses de vacina, e na África o acesso é extremamente precário.

Ele dá continuidade à entrevista respondendo a uma série de perguntas. Sobre os limites do trabalho missionário e da Igreja, o Arcebispo disse acreditar que não há limites para a atuação da Igreja quando se trata dos direitos humanos, mas ressalta que essa não é capaz de substituir o Estado (apesar de muitas vezes desempenhar um papel semelhante). Ele enfatiza a responsabilidade e obrigação do Estado perante as

áreas essenciais, como saúde e educação, e ressalta que a Igreja deve cobrar para que o Estado cumpra e faça aquilo que lhe compete.

Ainda respondendo a uma rodada de perguntas, Dom Luís levantou diversas questões importantes. Entre elas, ele citou a questão das redes sociais e como elas foram importantes para que a situação de Moçambique e de Cabo Delgado fosse levada à público, e transmitida por meios de comunicação alternativos, mostrando como era a real situação do conflito vista de dentro.

Respondendo sobre o descontentamento da população em relação à guerra, aos insurgentes e à polícia, o Arcebispo menciona que não há uma adesão por parte da população aos insurgentes; ele explica que a população está fragilizada e indefesa, não sabem em quem confiar, e não consegue distinguir os policiais dos insurgentes já que ambos usam fardamento do exército.

Ainda tratando dos insurgentes, Dom Luís responde à pergunta sobre de onde vem o armamento usado por esses. Ele responde que essas armas vêm das forças de defesa, da polícia, dos quartéis invadidos pelos insurgentes, além de virem de fora; e com isso ele cita que essa é uma guerra onde há elementos externos, interesses externos para que ela aconteça.

O Arcebispo segue respondendo a outras dúvidas, por exemplo, acerca do papel da chefia tradicional no conflito; que segundo ele, são pessoas simples, mas que de certa forma foram cooptadas pelo partido que está no poder e acabaram se tornando vassalos deste partido. Continuando sua fala sobre as chefias tradicionais, ele cita também um grupo de ex-combatentes que, recebendo auxílio do governo, ajudaram a força de defesa no combate aos insurgentes.

Ainda respondendo algumas perguntas, desta vez voltadas mais à Igreja como um todo, o arcebispo comenta que acredita sim que as autoridades da Santa Sé estão preocupadas com os direitos humanos na África, e ressalta que apesar de algumas pessoas terem a visão de que a Igreja faz pouco, ou não faz o suficiente, ele discorda. Ele diz que acredita sim que há mais que possa ser feito e melhorado, mas que de maneira geral a Igreja tem ajudado e se mostrado sensível ao sofrimento do povo.

De encontro à essa questão ele menciona que a Igreja já errou, assim como os bispos, o papa, os padres; afinal todos são humanos e passíveis de erro. Mas ele ressalta que apesar desses erros e de em alguns lugares a presença da Igreja ainda

ser fraca, em muitos lugares ela tem procurado estar presente, ser a voz daqueles que não têm voz, levantar questões muitas vezes incômodas para a sociedade.

Dom Luís se encaminha para o fim da entrevista abordando a questão da pandemia em Moçambique; ele menciona que no início a pandemia ficou em segundo plano, não se percebia muito a presença do vírus. No entanto, ele relata que a partir do final de 2020 a situação começou a mudar, e foram aparecendo alguns casos e mortes por conta do vírus; e foi nesse momento que o governo decidiu tomar certas medidas como o fechamento de comércios e igrejas. Sobre o fechamento das igrejas, o arcebispo menciona que isso causou um certo transtorno e revolta, assim como no Brasil, mas que alguns dias antes da data da entrevista, o presidente de Moçambique já havia autorizado a reabertura das igrejas.

O Arcebispo Dom Luís finaliza então sua entrevista com uma reflexão muito válida; ele pede para que unamos forças para tornar o continente africano mais conhecido, para que mais pessoas saibam o que acontece lá. Ele menciona que a África já nos ensinou muito no passado, mas que ainda tem muito para nos ensinar; que esse continente é riquíssimo, não só em termos de riquezas naturais, mas também de cultura, da multiplicidade étnica; e que nós devemos estar abertos para esse continente.